

MESTRADO EM
CONTABILIDADE, FISCALIDADE E FINANÇAS
EMPRESARIAIS

TRABALHO FINAL DE MESTRADO
DISSERTAÇÃO

O IMPACTO DA ADOÇÃO DO REGIME DE CONTABILIDADE DE CAIXA EM SEDE
DE IVA NA TESOURARIA: ESTUDO DE CASO DE UMA EMPRESA DE COMÉRCIO
POR RETALHO DE EQUIPAMENTOS E ESTRUTURAS AGRÍCOLAS

BEATRIZ PRIOR NETO

OUTUBRO-2019

MESTRADO EM
CONTABILIDADE, FISCALIDADE E FINANÇAS
EMPRESARIAIS

TRABALHO FINAL DE MESTRADO
DISSERTAÇÃO

O IMPACTO DA ADOÇÃO DO REGIME DE CONTABILIDADE DE CAIXA EM SEDE DE IVA NA TESOURARIA: ESTUDO DE CASO DE UMA EMPRESA DE COMÉRCIO POR RETALHO DE EQUIPAMENTOS E ESTRUTURAS AGRÍCOLAS

BEATRIZ PRIOR NETO

ORIENTAÇÃO:

MESTRE FLORENCE MENDES CORREIA CARP PINTO BASTO

MESTRE JOÃO PAULO PEREIRA MORAIS CANEDO

OUTUBRO-2019

Resumo

A literatura internacional permite evidenciar que os custos de cumprimento das obrigações fiscais são desproporcionalmente mais elevados para as PME, comparativamente com as grandes empresas, e representam um impacto negativo na sua tesouraria. Como a gestão da tesouraria destas empresas é fundamental para o seu bom funcionamento, o controlo dos custos de cumprimento torna-se um fator importante para garantir a sua sustentabilidade.

Tendo em conta a elevada representatividade das PME na economia do país e a relevância que os custos de cumprimento das obrigações fiscais têm na rendibilidade das mesmas, urge analisar as atuais medidas de apoio a estas empresas.

Em 2013, foi promovido um regime alternativo de Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) como forma de combate às desvantagens derivadas da entrega de este imposto ao Estado, denominado por Regime de Contabilidade de Caixa em sede de IVA (RCCI). Sendo a literatura escassa nesta matéria, o presente estudo tem como objetivo fazer uma análise crítica do RCCI e verificar o impacto que este teria na tesouraria de uma média empresa, caso esta pudesse aderir a este regime.

Os resultados evidenciam que a adoção do RCCI não proporcionou as melhorias de tesouraria esperadas, comparativamente ao Regime Geral de exigibilidade do IVA. Foram ainda propostas alterações ao RCCI que, ao contrário do esperado, não proporcionaram melhorias na tesouraria da empresa em estudo.

Palavras-chave: IVA; Regime de Contabilidade de Caixa em sede de IVA; Tesouraria.

Abstract

The international literature indicates that the costs of complying with fiscal obligations are disproportionately higher for small and medium-sized enterprises (SME's), when compared to larger companies, and have a negative impact in their cash-flows. Since cash management is key to a company's liquidity, controlling compliance costs becomes an important factor to assure its financial sustainability.

Various studies demonstrate that current tax systems impose a heavy burden on taxpayers, especially on SME's. Therefore, considering the high representativeness of SME's in the Portuguese economy and the importance of the costs of complying with fiscal obligations to their profitability, it is critical to analyze the current policies that deal with this issue.

In 2013, an alternative value-added tax (VAT) system was implemented in response to the disadvantages caused by the payment of this tax, called the VAT Cash-Accounting Scheme (VCAS). Since the literature on this topic is scarce, the present study aims to do a critical analysis of the VCAS and assess to what extent the adoption of this regime would have a positive impact on the cash-flows of a medium-sized company.

The results of this study show that, comparatively to the adoption of the general VAT system, adopting the VCAS does not contribute to generate the expected cash-flow improvements. This study also addresses possible amendments to the VCAS that, against the expectations, do not provide improvements to the company's cash-flows.

Keywords: VAT; VAT Cash-Accounting Scheme; Cash-flow.

Agradecimentos

Na realização deste trabalho, contei com a colaboração de algumas pessoas, a quem pretendo deixar os meus sinceros agradecimentos.

Aos meus orientadores, Mestre Florence Mendes Correia Pinto Basto, por toda a disponibilidade para ouvir e esclarecer as minhas dúvidas e por trabalhar comigo continuamente de forma a melhorar esta dissertação e ao Mestre João Paulo Pereira Morais Canedo, pela sua orientação, por toda a colaboração e ajuda na área fiscal. A vossa ajuda foi imprescindível na elaboração deste trabalho.

Ao Professor Ricardo Domingues, por continuar presente no meu percurso de formação, com a sua boa disposição e disponibilidade para ajudar e aconselhar.

À minha família e ao Gonçalo pela paciência, compreensão e apoio.

A todos, muito obrigada!

Índice de Tabelas

Tabela I - IVA a Pagar/Recuperar no ano N de acordo com o Regime Geral.....	20
Tabela II - IVA a Pagar/ Recuperar no ano N+1 de acordo com o Regime Geral	21
Tabela III - IVA a Pagar/ Recuperar no ano N, de acordo com o RCCI.....	23
Tabela IV - IVA a Pagar/ Recuperar no ano N+1, de acordo com o RCCI	23
Tabela V - Comparação IVA a recuperar/pagar no ano N	23
Tabela VI - Comparação do IVA a recuperar/pagar no ano N+1	24
Tabela VII - Resumo do Impacto na Tesouraria por Regime.....	26

Índice de Figuras

Figura 1 - Representação Gráfica do Ciclo de Exploração da Empresa em Estudo.....	18
---	----

Abreviaturas

CFFE	Contabilidade, Fiscalidade e Finanças Empresariais
ISEG	Instituto Superior de Economia e Gestão
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
CIVA	Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado
RCCI	Regime de IVA de Caixa
AT	Autoridade Tributária e Aduaneira
RITI	Regime do IVA nas Transações Intracomunitárias
PMP	Prazo Médio de Pagamento
PMR	Prazo Médio de Recebimento
PMI	Prazo Médio de Inventários
CPPME	Confederação Portuguesa das Micro, Pequenas e Médias Empresas
SP	Sujeito(s) Passivo(s)

Índice de Anexos

Índice de Tabelas

Tabela. 1 - Fração de Mapa de apuramento da faturação coberta e do IVA recebido ...	32
Tabela. 2 - IVA a Liquidar no ano N, de acordo com o RCCI.....	33
Tabela. 3 - IVA a Deduzir no ano N, de acordo com o RCCI.....	34
Tabela. 4 - IVA a Liquidar no ano N+1, de acordo com o RCCI	35
Tabela. 5 - IVA a Deduzir no ano N+1, de acordo com o RCCI	36
Tabela. 6 - IVA a Liquidar no ano N, de acordo com o RCCI, incluindo Consumidores Finais e Relações Especiais	37
Tabela. 7 - IVA a Deduzir no ano N, de acordo com o RCCI, incluindo Relações Especiais	38
Tabela. 8 - IVA a Pagar/ Recuperar no ano N, de acordo com o RCCI, incluindo Consumidores Finais e Relações Especiais	38
Tabela. 9 - IVA a Liquidar no ano N+1, de acordo com o RCCI, incluindo Consumidores Finais e Relações Especiais	39
Tabela. 10 - IVA a Deduzir no ano N+1, de acordo com o RCCI, incluindo Relações Especiais	40
Tabela. 11 - IVA a Pagar/ Recuperar no ano N+1, de acordo com o RCCI, incluindo Consumidores Finais e Relações Especiais	41
Tabela. 12 - IVA a Liquidar no ano N, de acordo com o RCCI, incluindo Relações Especiais	41
Tabela. 13 - IVA a Pagar/ Recuperar no ano N, de acordo com o RCCI, incluindo apenas as Relações Especiais	42
Tabela. 14 - IVA a Liquidar no ano N+1, de acordo com o RCCI, incluindo Relações Especiais	43
Tabela. 15 - IVA a Pagar/ Recuperar no ano N+1, de acordo com o RCCI, incluindo apenas as Relações Especiais	44

Tabela. 16 - IVA a Liquidar no ano N, de acordo com o RCCI, incluindo Consumidores Finais	44
Tabela. 17 - IVA a Pagar/ Recuperar no ano N, de acordo com o RCCI, incluindo apenas os Consumidores Finais.....	45
Tabela. 18 - IVA a Liquidar no ano N+1, de acordo com o RCCI, incluindo Consumidores Finais	46
Tabela. 19 - IVA a Pagar/ Recuperar no ano N+1, de acordo com o RCCI, incluindo apenas os Consumidores Finais.....	47
Tabela. 20 - Impacto na Tesouraria no ano N de acordo com o Regime Geral	47
Tabela. 21 - Impacto na Tesouraria no ano N+1 de acordo com o Regime Geral	47
Tabela. 22 - Impacto na Tesouraria no ano N de acordo com o RCCI	48
Tabela. 23 - Impacto na Tesouraria no ano N+1 de acordo com o RCCI	48
Tabela. 24 - Impacto na Tesouraria no ano N de acordo com o RCCI, incluindo Consumidores Finais e Relações Especiais	48
Tabela. 25 - Impacto na Tesouraria no ano N+1 de acordo com o RCCI, incluindo Consumidores Finais e Relações Especiais	48
Tabela. 26 - Impacto na Tesouraria no ano N de acordo com o RCCI, incluindo apenas Relações Especiais.....	49
Tabela. 27 - Impacto na Tesouraria no ano N+1 de acordo com o RCCI, incluindo apenas Relações Especiais.....	49
Tabela. 28 - Impacto na Tesouraria no ano N de acordo com o RCCI, incluindo apenas Consumidores Finais	49
Tabela. 29 - Impacto na Tesouraria no ano N+1 de acordo com o RCCI, incluindo apenas Consumidores Finais	49

Índice

Resumo	i
Abstract	ii
Agradecimentos	iii
Índice de Tabelas	iv
Índice de Figuras	iv
Abreviaturas	v
Índice de Anexos	vi
1. Introdução	1
2. Revisão da Literatura	2
2.1. O Imposto sobre o Valor Acrescentado.....	2
2.2. Enquadramento Teórico	6
2.2.1. <i>Objetivo</i>	6
2.2.2. <i>Alterações na Legislação</i>	7
2.2.3. <i>Incidência Subjetiva, Opção e Cessação</i>	7
2.2.4. <i>Incidência Objetiva</i>	8
2.2.5. <i>Exigibilidade</i>	9
2.2.6. <i>Direito à Dedução</i>	10
2.2.7. <i>Créditos Incobráveis ou de Cobrança Duvidosa</i>	10
2.2.8. <i>Obrigações Declarativas</i>	10
2.2.9. <i>Registo das Operações Abrangidas</i>	11
3. Vantagens e Desvantagens do RCCI	12
3.1. Abrangência.....	12
3.2. Objetivo	13

3.3. Operacionalização	13
3.4. Sugestões de Alterações ao RCCI	14
4. Estudo de Caso	16
4.1. Objetivo	16
4.2. Empresa em Estudo	16
4.3. Impacto do IVA no Ciclo de Exploração da Empresa.....	17
4.4. Processo de Recolha e Organização de Dados	18
4.5. Apuramento do IVA a Pagar ou Recuperar.....	19
4.5.1. <i>Regime Geral</i>	20
4.5.2. <i>Regime de Contabilidade de Caixa em sede de IVA</i>	21
4.5.3. <i>Comparação do IVA a pagar/recuperar entre Regime Geral e o RCCI</i>	23
4.6. Análises Adicionais	24
4.6.1. <i>Consumidores Finais e Relações Especiais</i>	24
4.6.2. <i>Relações Especiais</i>	25
4.6.3. <i>Consumidores Finais</i>	25
4.7. Impacto na Tesouraria da Empresa	26
4.8. Comparação dos Regimes	26
5. Conclusão.....	27
5.1. Principais conclusões.....	28
5.2. Limitações	28
5.3. Recomendações e Investigações Futuras.....	29
6. Referências Bibliográficas.....	30
7. Anexos	32

1. Introdução

Em Portugal, as Pequenas e Médias Empresas (PME) representaram cerca de 99,9% do tecido empresarial português entre 2004 e 2017, de acordo com os dados da PORDATA. É evidente a elevada importância destas estruturas económico-sociais para o país, pelo que se entende muito pertinente o estudo das suas vicissitudes.

Diversos estudos evidenciam que os sistemas fiscais atuais impõem grandes encargos aos contribuintes, particularmente nas PME. A literatura internacional permite evidenciar que os custos de cumprimento das obrigações fiscais são desproporcionalmente mais elevados para as PME, comparativamente com as grandes empresas, e representam um impacto negativo na sua tesouraria. Tendo em conta que a gestão da tesouraria destas empresas é fundamental para o seu bom funcionamento, o controlo dos custos de cumprimento torna-se, consequentemente, um fator importante para garantir a sua sustentabilidade.

Dada a elevada representatividade das PME na economia do país e a relevância dos custos de cumprimento das obrigações fiscais para rentabilidade das mesmas, urge analisar as atuais medidas de apoio que pretendem combater as situações adversas causadas por estes encargos.

No que respeita à fiscalidade, foi promovido um regime alternativo de Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) com o objetivo de diminuir os efeitos negativos do cumprimento das obrigações fiscais, denominado por Regime de Contabilidade de Caixa em sede de IVA (RCCI). Este Regime é opcional e permite o adiamento do momento de pagamento do imposto para a data em que se procede ao recebimento por parte dos clientes, o que poderá ajudar a diminuir a pressão na tesouraria das empresas que exercem atividades que tendem a gerar situações desfavoráveis de entrega do imposto ao Estado.

Assim, tendo em conta a relevância desta problemática e o reduzido número de trabalhos que a abrangem, o tema escolhido para este Trabalho Final de Mestrado foi o Regime de Contabilidade de Caixa em sede de IVA e o impacto da sua adoção na tesouraria das empresas. O trabalho desenvolvido apresenta cinco partes, além deste ponto 1 introdutório, no ponto 2 é apresentada a revisão de literatura e o enquadramento teórico relativo ao RCCI, necessário à compreensão da análise desenvolvida, no ponto 3

são apontadas algumas vantagens e desvantagens do regime e sugeridas pequenas alterações, no ponto 4 é exposto um estudo de caso que demonstra o impacto da adoção do RCCI na tesouraria de uma empresa de comércio de equipamentos e estruturas agrícolas e no ponto 5 são apresentadas as conclusões, as limitações do estudo e algumas sugestões de análises futuras.

2. Revisão da Literatura

2.1. O Imposto sobre o Valor Acrescentado

O Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) incide sobre o consumo, abrangendo as transmissões de bens, as prestações de serviços, as importações de bens e as operações intracomunitárias. O seu pagamento recai sobre consumidor final, sendo que o sujeito passivo que vende o bem ou presta o serviço sujeito a IVA apenas tem a obrigação de o cobrar ao consumidor e de o liquidar (Moura de Oliveira, 2011).

O IVA é devido em todas as fases do circuito económico e incide apenas sobre o valor acrescentado, sendo, por estas razões, classificado como plurifásico e não cumulativo, assegurando o princípio da neutralidade fiscal.

O mecanismo de funcionamento deste imposto assenta na entrega do IVA ao Estado, determinado pela diferença entre o IVA referente às vendas e prestações de serviço realizadas e aquele incluído nas faturas relativas às compras de bens e serviços em que a empresa incorre de forma a garantir a prossecução da sua atividade (Canedo, 2013). Ou seja, à quantia de imposto que resulta da sua faturação, o sujeito passivo deve deduzir o IVA que incidiu sobre as compras que realizou relativas ao exercício da sua atividade económica e, assim, determina o imposto que deverá entregar nos cofres do Estado (Moura de Oliveira, 2011).

Tem sido registada uma elevada adesão a este imposto por vários países, justificada pelas características positivas que apresenta. Entre elas podemos evidenciar o facto de o IVA não ser cumulativo, ser neutro do ponto de vista económico, não onerar os fatores de produção e não provocar distorções a nível da concorrência. Além disso, este imposto incide sobre todas as fases do circuito económico, tornando o seu controlo mais simples e aliando as empresas ao Estado no processo de cobrança do imposto (Canedo, 2013).

Apesar das suas vantagens, o IVA apresenta alguns inconvenientes. Grigore & Gurău (2013) apontam que, no sistema atual, os sujeitos passivos, muitas vezes, “concedem crédito” ao Estado, pagando o imposto antes de ter recebido qualquer montante por parte dos seus clientes. Enquanto isso, os seus clientes beneficiam, previamente, de uma dedução do IVA sem procederem ao pagamento deste imposto ou dos produtos ou serviços que lhes foram fornecidos.

Travanca *et al* (2014) apontam ainda que, nas operações ativas, os fornecedores dos bens ou serviços devem funcionar como intermediários que se encarregam de cobrar o IVA aos clientes e de o entregar ao Estado, pelo que seria de esperar que este imposto fosse um encargo do adquirente, embora a responsabilidade recaia sobre o fornecedor, visto que este assume a cobrança do imposto em vez do Estado.

Também Rodrigues (2013) apresenta uma outra falha do atual sistema fiscal, defendendo que obriga os contribuintes a cumprir diversas obrigações fiscais impostas pelo legislador que deveriam ser praticadas por funcionários do fisco, implicando para as empresas encargos denominados de custos de cumprimento.

Canedo (2013) realça o facto de o IVA não apresentar a mesma neutralidade a nível financeiro que apresenta no domínio económico, demonstrando sensibilidade às condições de pagamento acordadas entre os fornecedores e os seus clientes. Além disso, as obrigações exigidas pela entrega deste imposto podem, em alguns casos, ter um impacto negativo na tesouraria das empresas ou funcionar como financiador da tesouraria de outras.

Dentro da mesma temática, o estudo realizado por Rodrigues (2013) analisa se o cumprimento das tarefas fiscais permite que as empresas gerem ganhos de capital. Segundo o autor, o facto de ser da responsabilidade dos empresários cobrar os impostos e retê-los até à data de pagamento ao Estado, poderá dar origem a situações que permitem gerar ganhos financeiros através dos impostos já pagos por terceiros. A análise realizada por Rodrigues (2013) realça as vantagens que podem ser proporcionadas pela cobrança do IVA pelas empresas que realizam vendas maioritária ou totalmente a pronto, face às empresas que realizam vendas a crédito, recebendo dos seus clientes depois da faturação.

Por fim, Grigore & Gurău (2013) e Pope (2001) realçam que os sistemas fiscais atuais impõem um grande fardo nos contribuintes, particularmente nas empresas mais

pequenas. Segundo Pope (2001), o principal problema que afeta as pequenas empresas é que estes custos são desproporcionais ao tamanho da empresa, a natureza de “custo fixo” que alguns destes encargos apresentam, bem como as economias de escala que os tornam menores com o crescimento da empresa, são fatores desfavoráveis às estruturas empresariais de menor dimensão. O estudo que este autor realizou demonstra que os custos administrativos são regressivos e que apesar de os custos absolutos aumentarem com a dimensão da empresa, em percentagem, estes diminuem. O autor sugere que, de forma a minimizar estes custos, as empresas poderiam “passar” aos clientes parte dos encargos através de preços superiores. No entanto, devido às forças de mercado, ou, em algumas circunstâncias, devido à regulamentação imposta pelo governo a nível dos preços, as empresas não o conseguem fazer, suportando todos os custos que advêm da cobrança do IVA.

Grigore & Gurău (2013) dividem os custos decorrentes da entrega do IVA em administrativos, diretos e relacionados com a gestão de tesouraria. Os primeiros são aqueles em que os sujeitos passivos incorrem de forma a cumprir as suas obrigações fiscais e são gerados pela complexidade da legislação, pelas suas alterações constantes e pelos requisitos ao nível dos procedimentos necessários ao apuramento do imposto. Estes encargos são significativamente superiores se forem realizadas transações com empresas com sede noutro país e são desproporcionalmente mais elevados para as pequenas empresas, visto que os valores que têm de despende para cumprir as suas obrigações são, em percentagem, bastante superiores àqueles que as empresas de grande dimensão necessitam.

Já os custos diretos, que advêm do pagamento dos impostos, podem, por si, ter um efeito neutro ou nulo na tesouraria das empresas. Se a empresa realizar transações sujeitas a IVA e puder deduzir o imposto das suas compras, é de esperar um efeito aproximadamente nulo. No entanto, se as transações que realiza não estão sujeitas a imposto ou não têm direito a dedução, o IVA das suas compras passa a fazer parte dos seus custos de aquisição, o que implica uma diminuição na margem de lucro.

Por fim, os custos relacionados com a gestão da tesouraria são determinados pela diferença entre o prazo médio de recebimento (PMR) e o prazo médio de pagamento (PMP). Estes prazos influenciam as necessidades de fundo de maneio (NFM) das

empresas e, consequentemente, a tesouraria líquida (TL). Tendo em conta que as NFM são calculadas pela diferença entre o somatório das rubricas de exploração do ativo (os inventários, as dívidas de clientes e o IVA a receber) e o somatório das rubricas de exploração do passivo (as dívidas a fornecedores, as dívidas a outros credores e o IVA a pagar), podemos verificar como o pagamento ou recebimento de IVA ao/do Estado afeta a tesouraria da empresa

De acordo com Allayannis *et al* (2005), a volatilidade dos fluxos de tesouraria está significativa e negativamente relacionada com o valor da empresa e segundo Minton e Schrand (1999) uma maior volatilidade, não aumenta só a probabilidade de uma empresa precisar de financiamento externo, como torna o seu custo mais elevado. Estas consequências da volatilidade tornam importante a gestão da tesouraria por parte das empresas que, tal como evidenciado anteriormente, dependerá também das obrigações fiscais.

Como as desvantagens do sistema anteriormente mencionadas, afetam de forma mais significativa as pequenas e médias empresas (PME), foi criado um regime de IVA alternativo com o objetivo de diminuir os efeitos negativos que o cumprimento das obrigações fiscais têm sobre a tesouraria das empresas. O Regime de Contabilidade de Caixa em sede de IVA (RCCI), definido no Decreto-Lei n.º 71/2013 de 30 de maio, é um regime opcional que permite o adiamento do momento de entrega do imposto para a data em que se procede ao recebimento dos montantes constantes nas faturas, o que pode ajudar a diminuir os gastos de financiamento, nos casos das empresas que exercem atividades que tendem a gerar situações desfavoráveis de entrega do imposto ao Estado.

Com a adoção deste Regime, as empresas passam a entregar ao Estado a diferença entre o IVA que efetivamente recebem e pagam, o que pode ajudar as pequenas empresas com problemas de tesouraria e atrasos de recebimentos (Canedo, 2013 e Kulis, 2014). O RCCI ajuda as empresas que enfrentam problemas com recebimentos irregulares e tardios, pois em vez de entregarem ao Estado montantes de IVA que ainda não receberam, poderão utilizar esses valores nas suas operações diárias, evitando o seu endividamento (Kulis, 2014).

As vantagens que o RCCI pode trazer devem ser analisadas para cada empresa em particular, pois variam consoante as características de cada entidade aderente. Um dos

fatores determinantes dos benefícios do regime é a diferença entre o PMR e o PMP, visto que o regime será mais vantajoso em casos em que este diferencial seja elevado e o PMP substancialmente superior ao PMR (Canedo, 2013 e Kulis 2014). Será de esperar que não seja tão vantajoso para empresas que realizem vendas maioritariamente a pronto ou que peçam o reembolso do IVA com frequência (Kulis, 2014).

De realçar que o este novo regime não resolve o problema dos custos administrativos referidos pelos vários autores aqui citados, até porque implica um novo conjunto de obrigações fiscais. No entanto, os benefícios e custos da adoção deste Regime deverão ser analisados, de forma a averiguar se o impacto positivo na tesouraria que o novo regime possibilita (pelo adiamento do momento de entrega do imposto) é suficiente para compensar os custos necessários ao cumprimento das novas obrigações a que os sujeitos passivos aderentes serão submetidos.

2.2. Enquadramento Teórico

2.2.1. Objetivo

O Regime de Contabilidade de Caixa em sede de IVA (RCCI), formulado pelo Decreto-Lei nº. 71/2013 de 30 de maio, tem com o objetivo promover a melhoria das condições da tesouraria das empresas portuguesas, sendo de carácter facultativo. A finalidade deste diploma legal é auxiliar as empresas através da diminuição da pressão na tesouraria e dos custos financeiros gerados pela entrega do imposto sobre o valor acrescentado (IVA) ao Estado, pois permite às instituições cumprir a obrigação da entrega do valor do imposto apenas após o recebimento do pagamento por parte dos clientes. Ao mesmo tempo, a dedução do imposto suportado nas aquisições de bens e serviços ocorrerá no momento do pagamento aos fornecedores.

Segundo Travanca *et al.* (2014), a possibilidade que o RCCI proporciona de adiar o momento de exigibilidade para o período em que ocorre o recebimento, tem como objetivos principais atenuar ou neutralizar os efeitos negativos que os encargos com o pagamento do IVA têm sobre a tesouraria das empresas e evitar as situações de endividamento decorrentes da entrega do imposto antes do seu recebimento.

A implementação desta medida iniciou-se, paulatinamente, a partir de 2013, tendo o Governo optado por abranger apenas os sujeitos passivos (SP) com um volume de

negócios (VN) anual inferior ou igual a 500.000 euros, que representam cerca de 85% do tecido empresarial português e um número significativo de sujeitos passivos titulares de rendimentos empresariais e profissionais (Travanca *et al.* 2014).

2.2.2. Alterações na Legislação

A publicação do Decreto-Lei n.º 71/2013 vem introduzir alterações significativas em documentos estruturantes em vigor, nos quais se estabelecem as regras específicas dos mecanismos e procedimentos de entrega do IVA ao Estado por parte das empresas.

Numa análise ao Código do IVA (CIVA), podemos verificar modificações no número 1 do artigo 8.º e na alínea c) do número 2 do artigo 19.º, sendo alterado o momento de exigibilidade e do exercício do direito à dedução do imposto. Na transmissão de bens e prestações de serviços a clientes, o IVA torna-se exigível apenas no momento do recebimento. Por sua vez, o direito à dedução poderá acontecer somente após o pagamento aos fornecedores e perante a apresentação do recibo emitido na forma legal.

Já na Lei Geral Tributária (LGT), onde se verifica uma alteração na alínea d), do número 1 do artigo 63.º-B, passa a ser possível o acesso, por parte da Autoridade Tributária (AT), a informações e documentos bancários dos sujeitos passivos que optam por este regime, sem necessidade do seu consentimento prévio. Isto é, quando exercem a opção pelo regime, estão indireta e automaticamente a permitir a derrogação do sigilo bancário.

O artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 71/2013 prevê também a alteração do número 2 do artigo 1.º e da alínea k) do número 4 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 198/2012 de 24 de agosto, tornando obrigatória a comunicação à AT dos recibos emitidos pelos sujeito passivo abrangidos pelo regime, bem como aqueles que os seus fornecedores emitem, adicionando como elemento obrigatório das faturas emitidas, a menção «IVA - regime de caixa».

2.2.3. Incidência Subjetiva, Opção e Cessação

Conforme já mencionado em 3.1. e de acordo com o número 1 do artigo 1.º do RCCI, podem optar pelo regime os sujeitos passivos de IVA que, cumulativamente, não tenham atingido um volume de negócios superior a 500.000 euros no ano civil anterior, não exerçam em exclusivo uma das atividades isentas previstas no artigo 9.º do CIVA e

não estejam abrangidos pelo regime de isenção (descrito no artigo 53.º do CIVA) ou pelo regime dos pequenos retalhistas, (previsto no artigo 60.º do CIVA). No número 3 do mesmo artigo, é definido que os sujeitos passivos devem estar registados para efeitos de IVA há, pelo menos, 12 meses, ter a sua situação tributária regularizada e não ter obrigações declarativas em falta.

Conforme previsto nos números 1 e 5 do artigo 4.º do RCCI, para aderir ao regime, os sujeitos passivos devem comunicar a opção à AT, por via eletrónica, até ao dia 31 de outubro e a alteração produzirá efeito fiscal, a partir do mês de janeiro do ano seguinte ao da comunicação. Existe obrigatoriedade de permanência no regime durante dois anos civis consecutivos. Após esse período, poderão optar por alterar o regime a qualquer altura, produzindo efeitos no período de imposto seguinte, tal como definido nos números 2 e 3 no mesmo artigo.

A cessação do RCCI está prevista no artigo 5.º e define que quando o volume de negócios anual ultrapassa 500.000 euros, ou sejam realizadas exclusivamente operações excluídas pelo regime, o sujeito passivo deverá comunicar à AT, e a cessação produzirá efeitos no período de imposto seguinte. Nos casos em que o sujeito passivo passe a exercer exclusivamente atividades isentas que constam no artigo 9.º do CIVA ou passe a estar abrangido pelos regimes descritos no artigo 53.º ou 60.º do CIVA, apresente uma situação tributária não regularizada, ou caso a AT obtiver indícios fundamentados que o sujeito passivo utilizou o RCCI de forma indevida ou fraudulenta, a cessação poderá ser realizada oficiosamente pela AT, produzindo efeitos imediatos.

2.2.4. Incidência Objetiva

Parafraseando o estabelecido no número 2 do artigo 1.º do RCCI, as operações abrangidas são “todas as transmissões de bens e prestações de serviços efetuadas pelos sujeitos passivos de IVA que preencham as condições previstas no número anterior, sempre que as mesmas tenham por destinatários outros sujeitos passivos de IVA”. Entende-se, deste modo, que são abrangidas pelo RCCI, as transmissões de bens e prestações de serviços previstas nos artigos 3.º e 4.º do CIVA que não sejam passíveis de exclusão por estarem previstas nas alíneas a) a e) do número 2 do artigo 1.º do RCCI.

De acordo com o número 3 do artigo 18.º da LGT, é considerado que o sujeito passivo é a pessoa singular ou coletiva que efetua vendas ou transmissões de serviços e

que tem a obrigação de cumprir a prestação tributária e, segundo o número 2 do artigo 1.º do RCCI, os destinatários das transações abrangidas pelo regime, devem ser sujeitos passivos de IVA. Assim, as transações realizadas com um particular, também denominado de consumidor final, estão excluídas do regime.

Adicionalmente, as operações excluídas pelo regime são a importação, exportação e atividades conexas, previstas nos artigos 13.º, 14.º e 15.º do CIVA, as prestações intracomunitárias de serviços, as transmissões ou aquisições intracomunitárias de bens e operações assimiladas nos termos do Regime do IVA nas Transações Intracomunitárias (RITI), as operações em que o adquirente seja o devedor do imposto (*reverse charge*) e as operações em que os sujeitos apresentem relações especiais conforme os números 10 e 12 do artigo 16º do CIVA.

2.2.5. *Exigibilidade*

Quando os sujeitos passivos estão abrangidos pelo regime geral do IVA, segundo o número 1 do artigo 7.º do CIVA, nas transmissões de bens o imposto torna-se exigível quando os bens são colocados à disposição do adquirente, nas prestações de serviços aquando da sua realização, e nas importações será definido consoante as disposições aduaneiras. Nos números seguintes do mesmo artigo, estão previstos alguns casos especiais, como os adiantamentos, as vendas de bens com instalação ou montagem, as prestações de serviços continuadas, entre outros.

Uma das grandes alterações verificadas quando é exercida a opção pelo RCCI é o momento de exigibilidade do imposto. Segundo o artigo 2.º do RCCI, o IVA torna-se exigível, regra geral, no momento em que se verifique o recebimento total ou parcial, pelo montante que é recebido. Esta alteração implica que o dever de entrega do imposto passa a estar associado ao montante do fluxo de caixa e não ao da faturação. Nos números 2 e 3 do mesmo artigo são referidas as exceções à regra anteriormente referida. Nos casos em que decorra um ano após a emissão da fatura sem que se verifique o recebimento total do valor definido na fatura, o imposto ainda não entregue ao Estado torna-se exigível nesse momento. Adicionalmente, quando se verifica a comunicação da cessação do RCCI, o imposto passa a ser exigível no período seguinte à comunicação e, no caso de cessação de atividade, no mesmo período da entrega da declaração a que se refere o artigo 33º do CIVA.

2.2.6. *Direito à Dedução*

De acordo com o artigo 3.º do RCCI, os sujeitos passivos abrangidos podem deduzir o imposto de todas as transmissões de bens ou prestações de serviços que lhes sejam fornecidas, quando procederem ao pagamento das mesmas, e desde que apresentem o documento comprovativo do pagamento que cumpra os requisitos previstos no artigo 6.º do regime, que serão posteriormente indicados no ponto 3.8.

De acordo com o previsto para a exigibilidade do imposto, estão identificadas algumas condições extraordinárias de dedução, podendo o IVA tornar-se dedutível no 12.º mês após a emissão de uma fatura, quando não se efetua o pagamento total do valor do documento, ou no período seguinte à comunicação da cessação do regime e, ainda, no período da entrega da declaração da cessação de atividade da empresa.

No artigo 3º - A do RCCI, é previsto que os clientes de uma empresa que opte pelo regime e que não sejam abrangidos pelo mesmo regime, poderão deduzir o IVA no período em que a fatura é emitida, ou no período seguinte, mesmo que não tenham efetuado o respetivo pagamento.

2.2.7. *Créditos Incobráveis ou de Cobrança Duvidosa*

No regime geral do IVA, define-se que o sujeito passivo poderá deduzir o IVA respeitante a créditos incobráveis ou de cobrança duvidosa dentro de determinados limites temporais e de valor do imposto, previstos nos números 7 e 8 do artigo 78.º, e nos números 1 e 2 do artigo 78.º-A do CIVA.

No caso de se estar abrangido pelo RCCI, os limites temporais verificados nos artigos previamente mencionados apenas podem ser aplicados após 12 meses, visto que, de acordo com a alínea a) do número 3 do artigo 2.º deste regime, quando não se verifica o pagamento das faturas emitidas, a exigibilidade do imposto acontece após esse período.

2.2.8. *Obrigações Declarativas*

Os documentos emitidos pelos sujeitos passivos abrangidos pelo RCCI devem respeitar os requisitos previstos no artigo 6.º do regime. Segundo o número 1, as faturas emitidas referentes às operações abrangidas devem conter uma série especial e indicar

«IVA - regime de caixa». Conforme previsto nos números 2 e 3 do mesmo artigo, é obrigatória a emissão de recibo datado e numerado sequencialmente, pelo montante recebido, no momento em que o cliente procede a um pagamento. Os recibos emitidos pela empresa e pelos seus fornecedores à empresa que esteja abrangida pelo regime devem conter o preço líquido de imposto, a taxa, ou taxas de IVA aplicáveis, o montante de imposto liquidado, o número de identificação fiscal do emitente e do adquirente, o número de série da fatura a que respeita o pagamento e a menção «IVA - regime de caixa».

De realçar que, segundo o número 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei 198/2012, de 24 de agosto, em conjunto com o número 2 do artigo 6.º do RCCI, ambos os documentos necessitam de ser comunicados à AT até ao dia 10 do mês seguinte àquele em que é emitida a fatura ou o recibo. De acordo com o número 6 do mesmo artigo, quando o imposto passa a ser exigível por não se verificar o pagamento da fatura após 12 meses, pela cessação de inscrição no regime ou pela cessação de atividade, é obrigatória a emissão de um documento retificativo da fatura. Este documento deverá conter os elementos previstos no número 6 do artigo 36.º do CIVA, bem como a menção de que o IVA de caixa deixou de ser aplicável na fatura correspondente.

De acordo com o artigo 9.º do RCCI, o CIVA deverá ser aplicado subsidiariamente a todas as situações que não estejam previstas no regime. Assim, tendo em conta que as empresas abrangidas pelo RCCI apresentam um volume de negócios inferior a 500.000 euros, de acordo com a alínea b) do número 1 do artigo 41.º do CIVA, a declaração periódica deverá ser entregue até ao dia 15 do segundo mês do trimestre seguinte àquele em que se realizaram as operações.

2.2.9. Registo das Operações Abrangidas

De acordo com o artigo 7.º do RCCI, é necessária a separação do registo das operações abrangidas pelo RCCI, de forma a ser possível evidenciar o valor, líquido de imposto, das transmissões de bens e das prestações de serviços, o montante e data dos recebimentos e o valor do imposto com distinção do montante por pagar. Deve também ser possível o cálculo do imposto respeitante aos montantes recebidos e às faturas ainda não pagas, bem como o montante e a data dos pagamentos relativos a cada venda ou compra.

3. Vantagens e Desvantagens do RCCI

Com o objetivo de fazer uma análise crítica ao RCCI, neste ponto, são apresentadas algumas vantagens e desvantagens do regime, tendo em conta a temática a que se referem, inserindo-se na Abrangência, no Objetivo ou na Operacionalização do Regime.

3.1. Abrangência

A primeira vantagem a evidenciar é o facto de este regime poder ser adotado por cerca de 85% do tecido empresarial português (Travanca *et al.* 2014), tendo como direta desvantagem o facto de tratar de forma diferente as restantes empresas que não são abrangidas, limitando os potenciais benefícios da sua adesão. Assim, existe uma fração significativa das PME que não poderão aceder a este regime por apresentarem um volume de negócios superior ou igual a 500.000 euros.

A exclusão das transações realizadas com entidades com os quais se tenha relações especiais e com consumidores finais representam outras duas desvantagens do RCCI (Travanca *et al.*, 2014). A opção de não abranger as operações com entidades com relações especiais, constitui uma medida anti abuso que tem como objetivo evitar situações de manipulação do regime para obter benefícios. No caso dos consumidores finais, a exclusão deve-se ao facto de se considerar que estes realizam as suas compras a pronto e de existirem evidências que sugerem que as empresas que recebem dos seus clientes maioritária ou totalmente a pronto, apresentam benefícios na cobrança do IVA face às empresas que realizam vendas a crédito, recebendo dos seus clientes depois da faturação (Rodrigues, 2013). As empresas apresentam recebimentos a pronto, recebem de imediato o IVA das suas vendas e transmissões de serviços e apenas terão de o entregar ao Estado no dia 10 do segundo mês seguinte à faturação, o que implica que, durante esse período, terão na sua posse o montante do imposto que poderão utilizar em aplicações alternativas, implicando uma gestão de tesouraria mais facilitada em relação às empresas que recebem a crédito, que, em algumas situações, terão de entregar ao Estado montantes de imposto que ainda não receberam.

3.2. *Objetivo*

Uma vantagem realçada por Travanca *et al.* (2014) assenta no facto deste regime ter como primordial objetivo a diminuição dos custos financeiros associados à entrega do IVA através do adiamento do momento do pagamento do imposto ao Estado, promovendo a melhoria das condições de tesouraria das empresas aderentes. Esta alteração tem a possibilidade de gerar um impacto positivo no *cash-flow* das empresas que apresentam recebimentos tardios ou irregulares, principalmente quando o prazo médio de recebimento (PMR) é visivelmente superior ao prazo médio de pagamento (PMP) (Grigore & Gurau, 2013 e Kuliš, 2014).

Adicionalmente, a adoção deste regime pode conduzir à diminuição da volatilidade dos fluxos de caixa da empresa, o que, segundo a literatura está associado à diminuição do custo de financiamento externo (Schrand, 1999) e a um aumento do valor da empresa (Allayannis et al, 2005).

3.3. *Operacionalização*

Quando as empresas aderem ao RCCI, necessitam de efetuar uma quantidade elevada de registos contabilísticos, preencher formulários e declarações adicionais e aumentar os controlos a nível dos pagamentos, dos recebimentos e da emissão de documentos (Grigore & Gurău, 2013). Além disso, a adoção do regime cria ainda a obrigatoriedade de separação das transações com base no regime de caixa e no regime de acréscimo e do registo do método de pagamento das transações abrangidas pelo RCCI. Os procedimentos contabilísticos tornam-se muito complexos, podendo surgir a necessidade de desenvolver ou adquirir um novo programa de contabilidade e de realizar formação adicional, implicando um aumento de custos para a empresa (Kuliš, 2014). Assim, caso a melhoria de tesouraria seja inferior aos custos adicionais em que o sujeito passivo tem de incorrer para cumprir as novas obrigações decorrentes da adoção deste regime, a adesão ao RCCI perde toda a pertinência. Pelos mesmos motivos, as empresas cuja contabilidade esteja contratada a uma entidade externa, terão um desincentivo de adesão ao RCCI pois o aumento da complexidade exigirá honorários mais avultados.

Por fim, é importante evidenciar que a derrogação do sigilo bancário exigida aos sujeitos passivos que adiram ao RCCI pode ser considerada uma desvantagem, visto que

nem todas as empresas estarão dispostas a fazê-lo uma vez que poderão ser mais facilmente alvo de escrutínio, especialmente no caso de empresas de menor dimensão dotadas de sistemas de controlo interno mais frágeis.

3.4. Sugestões de Alterações ao RCCI

Perante os factos apresentados anteriormente, é possível identificar algumas condicionantes do regime que poderão originar uma baixa adesão por parte das empresas.

Começando pelas desvantagens da abrangência do regime, o facto de serem excluídas as transações com entidades com as quais se tenham relações especiais (entidades relacionadas) e com consumidores finais pode ser considerado um fator negativo para as empresas que tencionam aderir, visto que, muitas vezes, há compras e vendas realizadas com este tipo de entidades que implicam a entrega de elevados valores de IVA ao Estado, sem que haja o recebimento dos valores faturados.

Além disso, a limitação a empresas com um volume de negócios inferior a 500.000 euros pode ser considerada muito restritiva, deixando de fora muitas PME que poderiam beneficiar com a adoção do regime, visto que há possibilidade de algumas das desvantagens apresentadas poderem ser minoradas se o RCCI puder ser adotado por empresas com um volume de negócios superior ao definido, visto que a sua dimensão lhes permite contornar alguns obstáculos levantados pelo regime, como é visível nos exemplos apresentados de seguida.

Por exemplo, as empresas com um volume de negócios superior a 650.000 euros, atualmente são obrigadas a adotar o regime geral com entrega mensal do IVA, o que significa que apenas dispõem de 40 dias para pagar o IVA, ao contrário das empresas com um volume negócios inferior ao referido, que poderão pagar até ao dia 15 do 2.º mês do trimestre seguinte à data de emissão da fatura (artigo 27.º, nº1 e artigo 41.º, nº1, alíneas a) e b) do CIVA). Assim, como as empresas atualmente abrangidas pelo RCCI dispõem de um intervalo de tempo superior para o pagamento do imposto, apenas beneficiarão da

adesão ao regime se apresentarem PMR superiores a esse período, pelo que empresas de maior dimensão seriam mais facilmente favorecidas pelo RCCI.¹

Adicionalmente, as desvantagens da operacionalização, como os custos em que os sujeitos passivos têm de incorrer para cumprir as suas obrigações fiscais, são desproporcionalmente superiores para as microempresas que se encontram abrangidas pelo RCCI (Grigore & Gurău, 2013), pelo que podemos verificar que estas empresas apresentam uma menor probabilidade de aderir ao regime.

Por fim, segundo a Confederação Portuguesa das Micro, Pequenas e Médias Empresas (CPPME), as empresas que apresentam um volume de negócios anual superior a 500.000 euros *“são as que mais problemas têm e mais sofrem com a entrega do IVA sem o ter recebido, sendo estas também as que contabilisticamente melhor organizadas estão, não tendo problemas com a quebra do sigilo bancário”*, pelo que a questão da derrogação do sigilo bancário poderia ser melhor aceite por estas empresas, visto que estão menos sujeitas a desvantagens decorrentes da quebra do mesmo.

Tendo em conta os pontos analisados, o estudo de caso apresentado no ponto seguinte deste trabalho, tem como finalidade analisar: (1) qual seria o impacto da adoção do RCCI por uma empresa de com um volume de negócios superior a 500.000 euros na tesouraria da mesma; (2) qual a variação esperada se fosse permitida a inclusão de transações com empresas com as quais se verifiquem relações especiais e com consumidores finais face ao cenário de exclusão dessas transações. O objetivo final do estudo de caso será verificar se, para a média empresa em análise, haveria vantagem na adoção do RCCI face ao regime geral com entrega mensal, que está atualmente obrigada a adotar e se essa vantagem poderia ser intensificada se o RCCI abrangesse as transações com entidades relacionadas e com consumidores finais que atualmente estão excluídas.

¹ A 16 de agosto de 2019 foi promulgada uma lei que produziu efeitos a partir de dia 1 de outubro do mesmo ano e que prevê a extensão do prazo de pagamento do IVA em 5 dias. Para efeitos deste trabalho foi considerado o prazo previsto anteriormente.

4. Estudo de Caso

4.1. *Objetivo*

Conforme o observado no ponto anterior, uma das desvantagens apontadas ao RCCI foi o facto deste apenas abranger micro empresas que poderão obter poucas vantagens pela sua adoção. Deste modo, o estudo de caso aqui apresentado tem como objetivo aferir se uma empresa de maior dimensão teria benefícios em aderir ao RCCI, caso fosse legalmente permitido. Além desta análise, será também averiguado qual o impacto da inclusão das operações realizadas com os consumidores finais e com entidades com as quais se verifique existência de relações especiais. De forma a tornar o estudo o mais realista possível, serão tidos em conta dois anos de análise, correspondendo ao período obrigatório de vigência definido pelo RCCI.

Para fazer as análises propostas, proceder-se-á ao cálculo do imposto mensal a pagar ou a recuperar pela empresa quando abrangida pelo Regime Geral de IVA e no caso hipotético de esta poder adotar o RCCI. De seguida, serão apresentadas três análises adicionais que contemplarão o cálculo do imposto mensal, consoante a inclusão de operações com consumidores finais e/ou com empresas com relações especiais e, por fim, será analisado o impacto de cada uma das situações na tesouraria da empresa.

4.2. *Empresa em Estudo*

Os dados recolhidos para a elaboração do estudo de caso pertencem a uma empresa de comércio de equipamentos e estruturas agrícolas, com um volume de negócios anual de aproximadamente 12 milhões de euros e com um número de empregados situado entre 50 e 250, pelo que se encontra inserida no patamar de média empresa, segundo a classificação empresarial descrita no Decreto-Lei n.º 372/2007 de 6 de novembro. É importante evidenciar que a empresa é abrangida pelo regime mensal de exigibilidade do IVA, tendo de proceder à entrega do imposto, de acordo com a legislação em vigor à data do período de análise, até dia 10 do segundo mês após se realizarem as operações (artigos 27.º, nº1 e 41.º, nº1, alínea a) do CIVA), o que significa que apenas dispõe de 40 dias para entregar o imposto, tornando-se mais elevada a probabilidade da adoção do RCCI ser vantajosa.

O interesse despoletado por esta empresa surgiu, maioritariamente, pela elevada diferença evidenciada entre o PMP e o PMR, tendo-se verificado que o último é muito superior, tornando mais provável que a adesão ao RCCI seja benéfica. No entanto, o facto de ser maioritariamente exportadora poderá tornar esta possibilidade mais remota, visto que este tipo de entidades, usualmente, apresenta valores de IVA dedutível superiores aos valores a liquidar, o que implica que pedem o reembolso do imposto com maior frequência.

4.3. Impacto do IVA no Ciclo de Exploração da Empresa

Analisando o processo de liquidação de IVA atual, é possível verificar que uma empresa que receba a pronto de todos os seus clientes, apenas entrega ao Estado valores de imposto já recebidos, pelo que o encargo do pagamento do IVA recai sobre os consumidores finais e não se torna um encargo da empresa que realiza as vendas. Contrariamente, uma empresa que venda a crédito e receba apenas depois de 40 dias irá acarretar custos que deveriam ser suportados pelos consumidores, pois terá de pagar um imposto que não recebeu, e que é devido pelos seus clientes ao Estado.

A empresa escolhida para este estudo realiza vendas e compras maioritariamente a crédito, pelo que se torna importante analisar o ciclo de caixa de forma a averiguar qual o impacto que o IVA tem na sua tesouraria. O ciclo de caixa é calculado através da soma do PMR ao prazo médio de inventários (PMI), subtraído do PMP e representa o tempo em que o ciclo de exploração se autofinancia, caso o PMP seja superior à soma do PMR e do PMI, ou, caso se verifique a situação oposta, que necessita de financiamento por parte de recursos internos ou alheios.

De forma a obter estes dados, foram retirados os valores do PMR e do PMP do programa utilizado pela empresa em análise, calculados através média de dias que os clientes demoram a pagar à empresa e da média de dias que a empresa demora a pagar aos seus fornecedores, respetivamente. Por sua vez, o PMI foi obtido através da divisão do valor do inventário médio pelo valor do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas, multiplicado por 365, de forma a obter o número de dias que os inventários permanecem nos armazéns da empresa antes de serem vendidos.

Na *Error! Reference source not found.*, apresentada de seguida, está representado o ciclo de exploração deste estudo de caso, onde é demonstrado que os inventários permanecem, aproximadamente, 93 dias nos armazéns da empresa, que esta demora cerca de 77 dias a pagar aos seus fornecedores e que os seus clientes pagam, em média, a 185 dias. Visto que o PMP é inferior à soma do PMR e do PMI, o ciclo de caixa da empresa é de 201 dias, pelo que é possível afirmar que a empresa necessita de recursos para se financiar durante esse período de tempo.

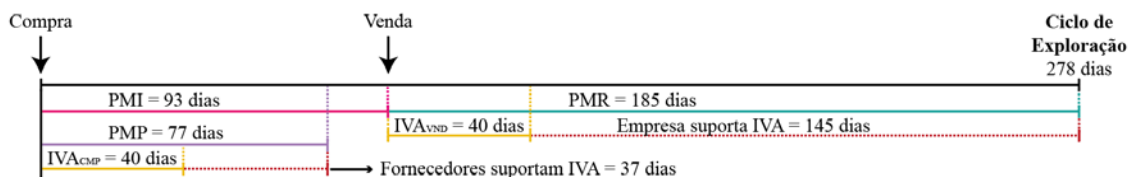


Figura 1 - Representação Gráfica do Ciclo de Exploração da Empresa em Estudo

Tendo em conta que, o IVA é pago até ao dia 10 do segundo mês após a emissão da fatura (após 40 dias), podemos verificar que a empresa tem um benefício financeiro durante 37 dias, período de tempo durante o qual os seus fornecedores têm de suportar o IVA que deve ao Estado, e suporta um encargo financeiro durante 145 dias, visto que é obrigada a suportar o imposto pelos clientes que ainda não o entregaram.

4.4. Processo de Recolha e Organização de Dados

De forma a realizar o estudo proposto, foi necessário proceder à recolha dos valores mensais de vendas, compras, recebimentos e pagamentos relativos a cada um dos 909 clientes que realizaram compras e aos 553 fornecedores que procederam a vendas à empresa entre novembro de N-1 e dezembro de N+1. De forma a cumprir os pressupostos do RCCI, foi também necessário verificar as relações especiais (RE) existentes, bem como quais dos clientes são consumidores finais (CF).

Adicionalmente, foram confirmados os valores de imposto, as taxas de IVA e as isenções apresentadas em cada operação realizada e o tipo de compras efetuadas pela empresa, com vista a descartar a possibilidade de haver erros de taxas, de isenções, ou de inclusão de despesas não dedutíveis para efeitos de IVA.

Após a organização dos dados recolhidos, foi visível que os clientes e a empresa em estudo nem sempre procediam ao pagamento dos valores exatos constantes nas faturas. Por vezes, os montantes em dívida eram liquidados através de diversos

pagamentos parciais, pelo que foi necessário averiguar qual o tratamento previsto pela legislação para estes casos.

De acordo com o ponto III do Ofício-Circulado N.º 30154 de 30 de outubro de 2013:

"Quando forem efetuados pagamentos parciais referentes a faturas em que seja devido imposto a diferentes taxas, o recibo que comprova os pagamentos deve fazer referência à respetiva base tributável e imposto exigível, tendo em conta as diferentes taxas aplicadas. Para tal, devem os sujeitos passivos utilizar um qualquer método de repartição de taxas que seja adequado ao apuramento da base tributável e do correspondente imposto."

No programa de faturação utilizado pela empresa em estudo, quando é emitido um recibo ou um documento de pagamento, o montante recebido/pago é alocado à(s) fatura(s) que se pretende liquidar. No entanto, como os dados fornecidos para esta análise apenas consistiam nos valores e datas das faturas e dos recebimentos e pagamentos, de forma a calcular o imposto a liquidar nas situações de pagamentos ou recebimentos parciais, foi calculada a percentagem de faturação que esse fluxo cobre e, proporcionalmente, o imposto relativo à fatura em causa.

Clarificando, para cada cliente e fornecedor, verificou-se qual era a dívida existente no início do período de análise e quais foram as faturas emitidas durante os dois anos (designados nas tabelas como ano N e ano N+1). Quando se realizava um recebimento ou pagamento, era alocado à fatura mais antiga por liquidar e sempre que esses fluxos excediam o valor das faturas emitidas até à data, o montante em causa abatia a dívida inicial registada.

4.5. Apuramento do IVA a Pagar ou Recuperar

Realizada a recolha e a organização dos dados necessários ao estudo proposto, foram elaborados diversos mapas e tabelas, de forma a calcular o imposto a pagar ou a recuperar, de acordo com a adoção de cada um dos regimes. Os seguintes pontos contemplam a informação necessária à interpretação dos mapas e tabelas elaborados.

4.5.1. Regime Geral

Inicialmente, foram construídos mapas para as compras e vendas, de forma a obter o imposto a liquidar e a deduzir por cliente e por fornecedor, respetivamente, de acordo com o Regime Geral. Também foram calculadas as percentagens de cobertura das vendas e compras de cada mês de acordo com os montantes recebidos e pagos, com o objetivo de averiguar, o valor de IVA efetivamente recebido e realmente pago. Este indicador é calculado pela média dos recebimentos ou pagamentos a dividir pelo valor total da faturação ou compras do mês relativo ao qual se entrega o IVA, para cada um dos clientes. Clarificando, em janeiro do ano N, por exemplo, será entregue o imposto relativo às vendas de novembro de N-1, assim, a percentagem média de faturação coberta é calculada para cada cliente, dividindo o valor de recebimentos até ao mês de janeiro de N pelo valor das vendas realizadas em novembro de N-1, o mesmo se aplica para o caso das compras, utilizando o valor dos pagamentos realizados e das compras efetuadas. Esta percentagem, multiplicada pelo valor do IVA das vendas ou compras a crédito, permite verificar qual é o montante de imposto efetivamente recebido e pago, respetivamente. Na **Tabela 1**, apresentada em anexo, é possível observar uma fração do mapa em questão.

De seguida, os dados foram contemplados na **Tabela I** e na **Tabela II** apresentadas em seguida, de forma a calcular os montantes de IVA a pagar ou recuperar em cada mês para o ano N e N+1, respetivamente, determinados pela diferença entre o somatório do imposto a liquidar com as regularizações a favor do SP, que neste caso corresponderam às devoluções de vendas, e o somatório entre o imposto a deduzir e as regularizações a favor do Estado, que dizem respeito às devoluções de compras realizadas. De realçar que as tabelas contêm apenas o IVA a deduzir das compras realizadas a crédito, pois a empresa não apresenta despesas com imposto dedutível pagas a pronto.

Tabela I - IVA a Pagar/Recuperar no ano N de acordo com o Regime Geral

Regime Geral	Jan N	Fev N	Mar N	Abr N	Mai N	Jun N	Jul N	Ago N	Set N	Out N	Nov N	Dez N	Total
IVA a Liquidar	22 166,88 €	41 018,87 €	24 480,08 €	37 331,62 €	59 321,56 €	60 773,45 €	88 147,70 €	97 910,86 €	51 187,46 €	33 181,82 €	46 707,65 €	34 383,99 €	596 611,95 €
IVA Vendas a Pronto	3 692,08 €	665,62 €	2 185,12 €	2 429,41 €	5 046,45 €	6 560,32 €	11 574,10 €	7 963,04 €	6 186,08 €	3 978,44 €	3 467,41 €	3 001,77 €	56 749,84 €
IVA Vendas a Crédito	18 474,80 €	40 353,25 €	22 294,96 €	34 902,21 €	54 275,11 €	54 213,13 €	76 573,60 €	89 947,82 €	45 001,39 €	29 203,38 €	43 240,24 €	31 382,22 €	539 862,11 €
IVA a Deduzir	76 919,10 €	56 707,13 €	78 050,58 €	90 206,12 €	135 293,60 €	72 420,59 €	133 658,07 €	126 678,89 €	81 699,61 €	54 176,78 €	79 468,53 €	50 142,72 €	1 035 421,73 €
IVA Compras a Crédito	76 919,10 €	56 707,13 €	78 050,58 €	90 206,12 €	135 293,60 €	72 420,59 €	133 658,07 €	126 678,89 €	81 699,61 €	54 176,78 €	79 468,53 €	50 142,72 €	1 035 421,73 €
IVA Regularizações	-461,35 €	-1 069,54 €	-13,56 €	-2 433,04 €	-9,10 €	-3,39 €	-114,98 €	344,68 €	0,39 €	316,54 €	-525,41 €	251,69 €	-3 717,08 €
Regularizações (devoluções compras)	-00 €	2,71 €	-00 €	-00 €	3,13 €	-00 €	78,04 €	1 142,77 €	192,30 €	466,47 €	10,51 €	297,06 €	2 192,99 €
Regularizações (devoluções vendas)	461,35 €	1 072,25 €	13,56 €	2 433,04 €	12,23 €	3,39 €	193,02 €	798,09 €	191,91 €	149,93 €	535,92 €	45,37 €	5 910,07 €
IVA a Pagar/Recuperar	-55 213,57 €	-16 757,80 €	-53 584,06 €	-55 307,54 €	-75 981,15 €	-11 650,53 €	-45 625,35 €	-28 423,36 €	-30 511,76 €	-20 678,42 €	-33 286,29 €	-15 507,04 €	-442 526,86 €

Tabela II - IVA a Pagar/ Recuperar no ano N+1 de acordo com o Regime Geral

Regime Geral	Jan N+1	Fev N+1	Mar N+1	Abr N+1	Mai N+1	Jun N+1	Jul N+1	Ago N+1	Set N+1	Out N+1	Nov N+1	Dez N+1	Total
IVA a Liquidar	43 323,73 €	46 881,90 €	58 317,57 €	52 246,45 €	71 875,24 €	70 423,10 €	84 738,38 €	109 146,74 €	89 267,98 €	57 568,57 €	59 239,51 €	50 335,05 €	793 364,22 €
IVA Vendas a Pronto	3 098,51 €	1 969,14 €	2 856,66 €	4 471,29 €	4 065,21 €	9 979,99 €	7 720,84 €	6 327,89 €	8 917,22 €	7 515,85 €	3 759,36 €	7 453,99 €	68 135,95 €
IVA Vendas a Crédito	40 225,22 €	44 912,76 €	55 460,91 €	47 775,16 €	67 810,03 €	60 443,11 €	77 017,55 €	102 818,85 €	80 350,76 €	50 052,72 €	55 480,15 €	42 881,06 €	725 228,27 €
IVA a Deduzir	49 553,92 €	36 590,08 €	77 908,09 €	110 114,57 €	182 111,64 €	110 910,54 €	228 610,54 €	191 783,57 €	123 932,71 €	48 927,56 €	83 150,95 €	93 570,28 €	1 337 164,45 €
IVA Compras a Crédito	49 553,92 €	36 011,18 €	77 569,04 €	109 669,99 €	181 811,17 €	110 380,53 €	228 457,72 €	133 364,05 €	99 887,26 €	48 608,01 €	81 079,23 €	93 284,01 €	1 249 676,11 €
IVA Regularizações	1 400,97 €	-439,85 €	-279,71 €	-444,58 €	-300,47 €	-466,35 €	953,55 €	-58 419,52 €	-22 647,70 €	-310,29 €	-1 374,13 €	-92,74 €	-82 420,81 €
Regularizações (devoluções compras)	2 245,31 €	139,05 €	59,34 €	-00 €	-00 €	63,66 €	1 106,37 €	-00 €	1 397,75 €	9,26 €	697,59 €	193,53 €	5 911,86 €
Regularizações (devoluções vendas)	844,34 €	578,90 €	339,05 €	444,58 €	300,47 €	530,01 €	152,81 €	58 419,52 €	24 045,45 €	319,55 €	2 071,72 €	286,27 €	88 332,67 €
IVA a Pagar/Recuperar	-4 829,23 €	9 851,98 €	-19 870,23 €	-58 312,70 €	-110 536,87 €	-40 953,78 €	-142 918,60 €	-141 056,35 €	-57 312,43 €	8 330,72 €	-25 285,57 €	-43 327,97 €	- 626 221,03 €

4.5.2. Regime de Contabilidade de Caixa em sede de IVA

O passo seguinte foi a elaboração de mapas equivalentes ao apresentado na **Tabela I** (em anexo), tendo como principal diferença o facto de em cada mês ser liquidado apenas o IVA que efetivamente se recebeu e deduzido aquele relativo às faturas pagas, obrigando ao cálculo mensal, por cliente e fornecedor, da percentagem de faturação e compras coberta. Este indicador permite a determinação do IVA a liquidar ou deduzir nos casos de liquidações parciais, a partir da sua multiplicação pelo montante de imposto constante na fatura a que corresponde o recebimento ou pagamento.

De acordo com a informação presente no ponto 3.8. acerca das Obrigações Declarativas, o RCCI não prevê um prazo específico para a entrega da declaração, pelo que deverá ser respeitado o que é determinado pelo CIVA. Desta forma, será admitido que, na situação hipotética da adoção do RCCI pela empresa em estudo, a declaração e o imposto serão entregues até ao dia 10 do segundo mês após a verificação das operações.

Com o objetivo de calcular o IVA mensal a liquidar e deduzir, foram elaboradas as **Tabelas 2 e 4** para o ano N e as **Tabelas 3 e 5** para o ano N+1 apresentadas em anexo. De realçar que nas tabelas referidas, são cumpridos todos os pressupostos previstos pela legislação relativa ao RCCI, pelo que foi necessário excluir os consumidores finais e as entidades com as quais a empresa apresenta relações especiais.

Desta forma, nas tabelas referentes ao ano N (**Tabelas 2 e 3** em anexo) estão expostos os valores de IVA relativos às operações excluídas pelo regime, onde estão contempladas as vendas e compras realizadas em novembro e dezembro do ano N-1 (visto que, apesar da empresa ter iniciado o novo regime em janeiro, ainda não entregou os montantes de imposto relativos aos dois últimos meses do ano anterior), seguidos dos montantes de imposto relativos às transações realizadas a pronto pagamento, pois na empresa em estudo correspondem a faturas-recibo emitidas a clientes particulares (consumidores finais). As operações excluídas contêm também as operações a crédito

realizadas com consumidores finais, apenas no caso das vendas, e as transações realizadas com entidades com que se estabeleçam relações especiais. De seguida, são apresentadas as operações abrangidas pelo Regime, contendo os valores de imposto efetivamente recebidos e pagos em cada mês calculados pela multiplicação da percentagem de faturação ou compras cobertas pelo montante de imposto contido nas faturas emitidas no mês em causa e nos anteriores. Por exemplo, em março do primeiro ano de adoção do regime, será entregue a declaração do mês de janeiro, pelo que só contém o montante de imposto recebido nesse mês, em maio, é entregue a declaração de março, pelo que poderá ser entregue IVA de faturas emitidas em janeiro, fevereiro e/ou março se houverem recebimentos e pagamentos relativos a essas operações durante o mês em causa. Por fim, o IVA mensal a liquidar e a deduzir é calculado pela soma do imposto das operações abrangidas e excluídas pelo RCCI em cada mês.

Nas tabelas do ano N+1 (***Tabelas 4 e 5*** em anexo) a lógica é semelhante, contendo as operações excluídas e abrangidas, com a diferença de incluir uma linha extra onde constam os valores de IVA relativos às faturas que foram emitidas no mesmo mês do ano anterior, visto que o imposto se torna exigível ou dedutível no 12º mês após a emissão da fatura, mesmo quando não se verifica o recebimento ou o pagamento total do valor que consta no documento emitido. Clarificando, em maio do ano N+1 é entregue a declaração de março do mesmo ano, que, adicionalmente ao IVA a liquidar e deduzir respeitante às operações excluídas realizadas no mês de março de N+1 e às operações abrangidas realizadas entre abril de N e março de N+1, será incluído o imposto contido nas faturas emitidas em março do ano N, independentemente de os valores em falta terem sido recebidos ou pagos.

De forma a calcular o IVA a pagar ou recuperar em cada mês, calculado pela diferença entre o somatório do imposto a liquidar com as regularizações a favor do SP, e o somatório entre o imposto a deduzir e as regularizações a favor do Estado, foram elaboradas a ***Tabelas III e IV***.

Tabela III - IVA a Pagar/ Recuperar no ano N, de acordo com o RCCI

RCCI	Jan N	Fev N	Mar N	Abr N	Mai N	Jun N	Jul N	Ago N	Set N	Out N	Nov N	Dez N	Total
IVA a Liquidar	22 166,88 €	41 018,87 €	10 920,23 €	25 282,38 €	31 259,01 €	30 559,95 €	50 834,46 €	56 297,10 €	68 783,57 €	56 701,40 €	54 544,70 €	58 264,43 €	506 632,96 €
IVA Operações abrangidas RIC	-00 €	-00 €	4 387,13 €	11 723,15 €	17 472,97 €	17 701,37 €	28 334,14 €	39 704,71 €	54 587,77 €	42 750,65 €	46 038,11 €	49 592,71 €	312 292,70 €
IVA Vendas a Pronto	3 692,08 €	665,62 €	2 185,12 €	2 429,41 €	5 046,45 €	6 560,32 €	11 574,10 €	7 963,04 €	6 186,08 €	3 978,44 €	3 467,41 €	3 001,77 €	56 749,84 €
IVA Vendas N-1	18 474,80 €	40 353,25 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	58 828,05 €
IVA Vendas Consumidores Finais	-00 €	-00 €	1 559,75 €	5 937,30 €	4 780,52 €	2 330,03 €	5 462,63 €	5 317,72 €	3 266,75 €	5 260,40 €	4 472,45 €	4 686,21 €	43 073,75 €
IVA Vendas Relações Especiais	-00 €	-00 €	2 788,22 €	5 192,52 €	3 959,06 €	3 968,23 €	5 463,59 €	3 311,64 €	4 742,98 €	4 711,91 €	566,72 €	983,74 €	35 688,62 €
IVA a Deduzir	76 919,10 €	56 707,13 €	35 369,01 €	44 374,46 €	92 330,89 €	95 581,36 €	77 656,57 €	121 351,21 €	102 091,50 €	70 374,24 €	64 136,13 €	77 601,45 €	914 493,06 €
IVA Operações abrangidas RIC	-00 €	-00 €	21 966,19 €	39 325,58 €	65 095,39 €	78 587,15 €	36 816,24 €	62 898,33 €	71 184,36 €	63 672,94 €	61 172,21 €	67 277,93 €	567 996,32 €
IVA Compras N-1	76 919,10 €	56 707,13 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	133 626,23 €
IVA Compras Relações Especiais	-00 €	-00 €	13 402,81 €	5 048,89 €	27 235,50 €	16 994,21 €	40 840,33 €	58 452,88 €	30 907,14 €	6 701,30 €	2 963,92 €	10 323,52 €	212 870,50 €
IVA Regularizações	-461,35 €	-1 069,54 €	-13,56 €	-2 433,04 €	-9,10 €	-3,39 €	-114,98 €	344,68 €	0,39 €	316,54 €	-525,41 €	251,69 €	-3 717,08 €
Devoluções (compras)	-00 €	2,71 €	-00 €	-00 €	3,13 €	-00 €	78,04 €	1 142,77 €	192,30 €	466,47 €	10,51 €	297,06 €	2 192,99 €
Devoluções (vendas)	461,35 €	1 072,25 €	13,56 €	2 433,04 €	12,23 €	3,39 €	193,02 €	798,09 €	191,91 €	149,93 €	535,92 €	45,37 €	5 910,07 €
IVA a Pagar/Recuperar	-55 213,57 €	-16 757,80 €	-24 462,35 €	-21 525,12 €	-61 080,99 €	-65 024,80 €	-26 937,09 €	-64 709,43 €	-33 307,54 €	-13 356,30 €	-10 116,85 €	-19 085,33 €	-411 577,17 €

Tabela IV - IVA a Pagar/ Recuperar no ano N+1, de acordo com o RCCI

RCCI	Jan N+1	Fev N+1	Mar N+1	Abr N+1	Mai N+1	Jun N+1	Jul N+1	Ago N+1	Set N+1	Out N+1	Nov N+1	Dez N+1	Total
IVA a Liquidar	58 716,09 €	36 053,03 €	53 492,10 €	65 089,38 €	72 435,40 €	58 181,96 €	62 387,36 €	102 324,86 €	83 774,91 €	81 560,53 €	71 445,71 €	79 774,70 €	825 236,03 €
IVA Operações abrangidas RIC	49 460,38 €	24 192,73 €	38 006,39 €	46 535,30 €	50 613,53 €	20 984,67 €	29 885,36 €	88 742,12 €	65 339,57 €	67 304,52 €	65 581,69 €	66 643,91 €	613 290,16 €
IVA Vendas a Pronto	3 098,51 €	1 969,14 €	2 856,66 €	4 471,29 €	4 065,21 €	9 979,99 €	7 720,89 €	6 327,89 €	8 917,22 €	7 515,85 €	3 759,36 €	7 453,99 €	68 135,95 €
IVA 12 meses	-00 €	-00 €	232,73 €	102,37 €	1 602,47 €	669,15 €	1 038,16 €	2 656,32 €	2 472,15 €	608,39 €	212,43 €	1 305,31 €	10 899,47 €
IVA Vendas Consumidores Finais	1 648,51 €	8 123,14 €	7 003,09 €	1 692,70 €	1 151,90 €	1 476,28 €	9 248,53 €	4 237,87 €	2 495,93 €	1 438,76 €	655,53 €	3 575,03 €	42 747,27 €
IVA Vendas Relações Especiais	4 508,69 €	1 768,03 €	5 393,22 €	12 287,72 €	15 002,30 €	25 071,87 €	14 494,47 €	360,66 €	4 550,05 €	4 693,01 €	1 236,70 €	796,46 €	90 163,18 €
IVA a Deduzir	37 616,13 €	88 436,59 €	68 089,37 €	56 771,12 €	85 400,48 €	92 167,53 €	246 990,85 €	127 236,83 €	108 792,16 €	69 569,38 €	115 529,49 €	88 656,65 €	1 185 256,59 €
IVA Operações abrangidas RIC	34 307,24 €	75 537,38 €	62 711,12 €	48 249,14 €	58 734,32 €	62 030,56 €	91 326,01 €	86 960,51 €	108 792,16 €	66 259,36 €	99 580,23 €	84 005,00 €	878 493,03 €
IVA 12 meses	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €
IVA Compras Relações Especiais	3 308,89 €	12 899,22 €	5 378,25 €	8 521,99 €	26 666,15 €	30 136,97 €	155 664,84 €	40 276,32 €	-00 €	3 310,02 €	15 949,25 €	4 651,65 €	306 763,55 €
IVA Regularizações	1 400,97 €	-439,85 €	-279,71 €	-444,58 €	-300,47 €	-466,35 €	953,55 €	-58 419,52 €	-22 647,70 €	-310,29 €	-1 374,13 €	-92,74 €	-82 420,81 €
Devoluções (compras)	2 245,31 €	139,05 €	59,34 €	-00 €	-00 €	63,66 €	1 106,37 €	-00 €	1 397,75 €	9,26 €	697,59 €	193,53 €	5 911,86 €
Devoluções (vendas)	844,34 €	578,90 €	339,05 €	444,58 €	300,47 €	530,01 €	152,81 €	58 419,52 €	24 045,45 €	319,55 €	2 071,72 €	286,27 €	88 332,67 €
IVA a Pagar/Recuperar	22 500,93 €	-52 823,40 €	-14 876,98 €	7 873,68 €	-13 265,54 €	-34 451,92 €	-183 649,94 €	-83 331,49 €	-47 664,96 €	11 680,87 €	-45 457,91 €	-8 974,70 €	-442 441,37 €

4.5.3. Comparação do IVA a pagar/recuperar entre Regime Geral e o RCCI

De forma a comparar os montantes de IVA a pagar ou a recuperar nos dois anos de análise foram elaborada as tabelas apresentadas em seguida.

Tabela V - Comparação IVA a recuperar/pagar no ano N

	Jan N	Fev N	Mar N	Abr N	Mai N	Jun N	Jul N	Ago N	Set N	Out N	Nov N	Dez N	Total
[1] Regime Geral	- 55.213,57 €	- 16.757,80 €	- 53.584,06 €	- 55.307,54 €	- 75.981,15 €	- 11.650,53 €	- 45.625,35 €	- 28.423,36 €	- 30.511,76 €	- 20.678,42 €	- 33.286,29 €	- 15.507,04 €	- 442.526,86 €
Liquidar	22.166,88 €	41.018,87 €	24.480,08 €	37.331,62 €	59.321,56 €	60.733,45 €	88.147,70 €	97.910,86 €	51.187,46 €	51.187,46 €	46.707,65 €	34.383,99 €	596.571,94 €
Deduzir	- 76.919,10 €	- 56.707,13 €	- 78.050,58 €	- 90.206,12 €	- 135.293,60 €	- 72.420,59 €	- 133.658,07 €	- 126.678,89 €	- 81.699,61 €	- 54.176,78 €	- 79.468,53 €	- 50.142,72 €	- 1.035.421,73 €
Regularizações	461,35 €	1.069,54 €	13,56 €	- 2.433,04 €	9,10 €	3,39 €	114,98 €	344,68 €	0,39 €	316,54 €	- 525,41 €	251,69 €	3.717,08 €
[2] RCCI	- 55.213,57 €	- 16.757,80 €	- 24.462,35 €	- 21.525,12 €	- 61.080,99 €	- 65.024,80 €	- 26.937,09 €	- 64.709,43 €	- 33.307,54 €	- 13.356,30 €	- 10.116,85 €	- 19.085,33 €	- 411.577,17 €
Liquidar	22.166,88 €	41.018,87 €	10.920,23 €	25.282,38 €	31.259,01 €	30.559,95 €	50.834,46 €	56.297,10 €	68.783,57 €	56.701,40 €	54.544,70 €	58.264,43 €	506.632,96 €
Deduzir	- 76.919,10 €	- 56.707,13 €	- 35.369,01 €	- 44.374,46 €	- 92.330,89 €	- 95.581,36 €	- 77.656,57 €	- 121.351,21 €	- 102.091,50 €	- 70.374,24 €	- 64.136,13 €	- 77.601,45 €	- 914.493,06 €
Regularizações	461,35 €	1.069,54 €	13,56 €	- 2.433,04 €	9,10 €	3,39 €	114,98 €	344,68 €	0,39 €	316,54 €	- 525,41 €	251,69 €	3.717,08 €
Diferença ([1]-[2])	- €	- €	29.121,71 €	- 33.782,42 €	- 14.900,16 €	53.374,27 €	- 18.688,26 €	36.286,07 €	2.795,78 €	- 7.322,12 €	- 23.169,44 €	3.578,29 €	- 30.949,69 €

Na **Tabela V** é possível verificar que em ambos os regimes, a empresa apresenta IVA a recuperar em todos os meses, o que significará que a empresa poderá pedir o reembolso do IVA e em termos de tesouraria, o que implicará um impacto positivo. De realçar que, em termos gerais, o Regime Geral permitiria que a empresa deduzisse mais 30.949,96€ do que o RCCI.

Ao analisar em pormenor o imposto a liquidar no caso do RCCI é evidente que, de março (início da implementação do regime) a agosto, o IVA é inferior àquele registado no caso do Regime Geral e após decorrer meio ano, o montante de imposto a liquidar

passa a ser superior no RCCI, refletindo o prazo médio de recebimento de aproximadamente 6 meses, calculado no *ponto 4.3.* No caso do IVA a deduzir, esta relação não é tão clara, tendo-se verificado uma periodicidade irregular.

Tabela VI - Comparação do IVA a recuperar/pagar no ano N+1

	Jan N+1	Fev N+1	Mar N+1	Abr N+1	Mai N+1	Jun N+1	Jul N+1	Ago N+1	Set N+1	Out N+1	Nov N+1	Dez N+1	Total
[1] Regime Geral	- 4.829,23 €	- 9.851,98 €	- 19.870,23 €	- 58.312,70 €	- 110.536,87 €	- 40.953,78 €	- 142.918,60 €	- 141.056,35 €	- 57.312,43 €	- 8.330,72 €	- 25.285,57 €	- 43.327,97 €	- 626.221,03 €
Liquidar	43.323,73 €	46.881,90 €	58.317,57 €	52.246,45 €	71.875,24 €	70.423,10 €	84.738,38 €	109.146,74 €	89.267,98 €	57.568,57 €	59.239,51 €	50.335,05 €	793.364,22 €
Deduzir	- 49.553,92 €	- 36.590,08 €	- 77.908,09 €	- 110.114,57 €	- 182.111,64 €	- 110.910,54 €	- 228.610,54 €	- 191.783,57 €	- 123.932,71 €	- 48.927,56 €	- 83.150,95 €	- 93.570,28 €	- 1.337.164,45 €
Regularizações	1.400,97 €	- 439,85 €	- 279,71 €	- 444,58 €	300,47 €	- 466,35 €	953,55 €	- 58.419,52 €	- 22.647,70 €	- 310,29 €	- 1.374,13 €	- 92,74 €	- 82.420,81 €
[2] RCCI	22.500,93 €	- 52.823,40 €	- 14.876,98 €	7.873,68 €	- 13.265,54 €	- 34.451,92 €	- 183.649,94 €	- 83.331,49 €	- 47.664,96 €	11.680,87 €	- 45.457,91 €	- 8.974,70 €	- 442.441,37 €
Liquidar	58.716,09 €	36.053,03 €	53.492,10 €	65.089,38 €	72.435,40 €	58.181,96 €	62.387,36 €	102.324,86 €	83.774,91 €	81.560,53 €	71.445,71 €	79.774,70 €	825.236,03 €
Deduzir	- 37.616,13 €	- 88.436,59 €	- 68.089,37 €	- 56.771,12 €	- 85.400,48 €	- 92.167,53 €	- 246.990,85 €	- 127.236,83 €	- 108.792,16 €	- 69.569,38 €	- 115.529,49 €	- 88.656,65 €	- 1.185.256,59 €
Regularizações	1.400,97 €	- 439,85 €	- 279,71 €	- 444,58 €	300,47 €	- 466,35 €	953,55 €	- 58.419,52 €	- 22.647,70 €	- 310,29 €	- 1.374,13 €	- 92,74 €	- 82.420,81 €
Diferença ([1]-[2])	- 27.330,16 €	62.675,38 €	- 4.993,25 €	- 66.186,38 €	- 97.271,33 €	- 6.501,86 €	40.731,34 €	- 57.724,86 €	- 9.647,47 €	- 3.350,15 €	20.172,34 €	- 34.353,27 €	- 183.779,66 €

Na *Tabela VI* é visível que o imposto a liquidar é superior no caso do RCCI e que o montante a deduzir é muito próximo do registado no caso do Regime Geral, do que resulta o montante de imposto a deduzir total inferior no caso do RCCI em 183.799,66€. Estes valores elevados resultam do facto de o RCCI permitir o adiamento da exigibilidade e da dedução do imposto até ao momento do recebimento/pagamento e por ser obrigatória a entrega do imposto das faturas por liquidar após 12 meses.

4.6. Análises Adicionais

Visto que uma das desvantagens apontadas previamente neste trabalho ao RCCI é a exclusão das transações realizadas com consumidores finais e com entidades com que se estabelecem relações especiais, este segmento procura analisar o impacto que teria a inclusão destas operações no regime, em conjunto e individualmente.

4.6.1. Consumidores Finais e Relações Especiais

Na primeira análise adicional realizada, foram incluídas as operações com consumidores finais e entidades com relações especiais sendo obtidas as *Tabelas 6 a 11* (anexo).

As *Tabelas 6, 7, 9 e 10* em anexo, são equivalentes às tabelas anteriormente referidas, sendo que as duas primeiras apresentam os valores de imposto a liquidar e deduzir no ano N e as seguintes, no ano N+1. Nestas tabelas, apenas são consideradas excluídas as transações referentes ao ano anterior, visto estar a ser analisado o impacto da inclusão dos consumidores finais e das relações especiais. Note-se que as vendas a pronto realizadas a partir de janeiro são consideradas abrangidas pelo regime, visto que se

realizam com consumidores finais, pelo que só são apresentados valores para estas transações relativamente a novembro e dezembro do ano N-1.

Nas tabelas referentes ao segundo ano de análise é incluída uma linha de imposto a entregar relativo às vendas ou compras realizadas no mesmo mês do ano anterior (intitulada de “12 meses”), pois o IVA torna-se exigível após 12 meses, independentemente de ter sido recebido ou pago. Na **Tabela 10** (anexo) essa linha não apresenta qualquer valor, porque a empresa procedeu ao pagamento de todas as compras antes de decorrer um ano da emissão da fatura. Por fim, a **Tabela 8** e a **Tabela 11** (em anexo) resumem a informação contida nas quatro tabelas referidas.

4.6.2. Relações Especiais

Numa segunda análise, foi estudado o impacto da inclusão isolada das transações realizadas com entidades com relações especiais com a empresa em estudo. Para a realização desta análise apenas foi necessária a elaboração da **Tabela 12** e da **Tabela 14** (anexo) de forma a incluir apenas as transações realizadas com clientes com relações especiais com a empresa. No caso do imposto a deduzir, era necessário excluir este tipo de entidades, tal como foi feito na **Tabela 7** e na **Tabela 10** (anexo), pelo que foram utilizados os dados contantes nessas tabelas.

As tabelas finais que contemplam toda a informação e permitem calcular o imposto mensal a pagar ou recuperar são as **Tabelas 13** e a **15** (em anexo) que apresentam a mesma estrutura explicada nos pontos anteriores.

4.6.3. Consumidores Finais

Como exposto no início deste ponto, a empresa em análise apresenta diversos clientes particulares - considerados consumidores finais pelo RCCI - que procedem à liquidação das faturas a crédito. Assim, é importante analisar o impacto que teria a inclusão das transações realizadas com estes clientes no regime.

Para realizar esta análise, foi necessária a elaboração da **Tabelas 16** e da **Tabela 18**, apresentadas em anexo, com vista a determinar o imposto a liquidar incluindo os consumidores finais e excluindo as entidades com as quais a empresa apresenta relações especiais. Por fim, foram contemplados todos os dados na **Tabela 17** para a análise no ano N e na **Tabela 19** para o ano N+1 (tabelas em anexo).

4.7. Impacto na Tesouraria da Empresa

O sistema fiscal atual exige que as empresas cumpram diversas obrigações fiscais, provocando efeitos negativos sobre a tesouraria das empresas. Assim, de forma a averiguar se a adoção do RCCI permite diminuir a pressão na tesouraria face ao Regime Geral de exigibilidade do IVA e se a inclusão das operações realizadas com entidades com relações especiais e com consumidores finais no RCCI tornariam o regime mais benéfico, foi estudado o impacto de cada uma das situações na tesouraria da empresa em estudo.

Para esta análise foram elaboradas as **Tabela 20** a **Tabela 29** onde foram incluídos os valores de IVA mensais efetivamente recebidos e pagos, calculados pela multiplicação da percentagem de faturação coberta pelos valores de IVA constantes nas faturas, os montantes de imposto a pagar e o montante de imposto que a empresa recebe de reembolsos pedidos. De forma a calcular os reembolsos foi tida em conta a informação presente no número 6 artigo 22.º do CIVA que refere que "*o sujeito passivo pode solicitar o reembolso antes do fim do período de 12 meses (...) quando o crédito a seu favor exceder (euro) 3000*" e ainda o número 8 do mesmo artigo, que prevê que o prazo de reembolso da AT é até ao fim do 2.º mês seguinte ao da apresentação do pedido por parte das empresas. Assim, os reembolsos apresentados em cada mês dizem respeito ao imposto a recuperar registado dois meses antes.

4.8. Comparação dos Regimes

Com o objetivo de comparar os regimes e concluir acerca dos benefícios de cada um, foi construída a **Tabela VII** apresentada abaixo, que contém o impacto na tesouraria para cada um dos dois anos de análise, seguido do impacto total. Por fim, é apresentada a volatilidade do impacto na tesouraria da empresa, calculada através do desvio padrão da variação mensal do impacto verificado.

Tabela VII - Resumo do Impacto na Tesouraria por Regime

	Impacto Ano N	Impacto Ano N+1	Impacto Total	Volatilidade
Regime Geral	-3 915,80 €	542 415,20 €	538 499,39 €	263,49%
RCCI	-15 274,34 €	353 225,32 €	337 950,98 €	1802,11%
RCCI c/ CF e c/ RE	-98 210,65 €	342 151,87 €	243 941,22 €	464,11%
RCCI s/ CF e c/ RE	-107 295,62 €	337 482,48 €	230 186,86 €	396,03%
RCCI c/ CF e s/ RE	-6 189,37 €	-37 980,82 €	-44 170,19 €	964,62%

De realçar que o impacto representará uma vantagem quando apresentar um valor positivo e quanto mais elevado este for, pois mais dinheiro estará a entrar na empresa. A volatilidade representa o quanto os fluxos de tesouraria variam entre os meses de análise e apresenta uma grande relevância no sentido que, quanto mais voláteis forem, mais árdua se tornará a tarefa de gestão de tesouraria para as empresas. Assim, quanto menor o valor deste indicador, mais vantajoso será.

A partir da análise da tabela referida, é possível observar que no caso da adoção do Regime Geral há um impacto negativo na tesouraria no primeiro ano e um impacto positivo no segundo. Apesar de ser registado um valor negativo no ano N, é visível que é inferior ao valor registado no caso da adoção do RCCI e o impacto do segundo ano, bem como o impacto total dos dois anos, é superior ao verificado aquando da adoção do RCCI. É importante realçar que a volatilidade é bastante superior no caso do RCCI, tornando a adoção deste regime ainda mais desvantajosa.

Quando comparado com as análises adicionais realizadas, o RCCI apresenta um impacto total superior, no entanto, a inclusão dos consumidores finais (última linha da **Tabela VII**) no ano N permitiu a diminuição do impacto negativo na tesouraria da empresa. De notar que, apesar da análise que inclui apenas as relações especiais não ter o maior impacto total (terceira linha da **Tabela VII**), apresenta a menor volatilidade quando comparada com o RCCI e com as outras análises adicionais.

5. Conclusão

Tendo em consideração a elevada importância das PME na economia do país e a relevância que os custos de cumprimento das obrigações fiscais representam para a rentabilidade das mesmas, sendo o RCCI uma medida de apoio que pretende diminuir a pressão na tesouraria das empresas derivada desses custos, torna-se importante realizar análises de forma a verificar a funcionalidade do regime e a propor eventuais melhorias.

Assim, a presente dissertação foi realizada com o intuito de perceber qual o impacto da adoção do RCCI na tesouraria das empresas face ao Regime Geral de exigibilidade do IVA, tendo sido realizado um estudo para uma média empresa de comércio por retalho de equipamentos e estruturas agrícolas. Foram também propostas possíveis melhorias ao RCCI e comparado o seu resultado com aquele obtido no caso do regime atual. A

relevância deste trabalho prende-se com o facto de este poder contribuir para aumentar a informação disponível acerca desta temática, uma vez que a literatura existente é escassa.

De realçar que, tal como referido anteriormente, a adoção do RCCI deve ser analisada para cada empresa de forma individual, pelo que as conclusões do estudo de caso realizado não são extrapoláveis.

5.1. Principais conclusões

Perante os dados recolhidos, pode-se inferir que a adoção do RCCI não tem o impacto positivo esperado na tesouraria da empresa e provoca uma maior volatilidade dos fluxos da tesouraria, dificultando a sua gestão por parte da empresa. Adicionalmente, as sugestões feitas ao regime não demonstraram melhorias no impacto na tesouraria, no entanto, a inclusão das relações especiais permitiu uma diminuição da volatilidade dos fluxos. Assim, no estudo de caso apresentado, o Regime Geral constitui a melhor opção, tendo em conta o impacto total na tesouraria e a volatilidade dos fluxos de caixa.

Tendo em conta que o RCCI tem como objetivo diminuir os efeitos negativos do cumprimento das obrigações fiscais e aliviar a pressão na tesouraria das empresas, seria de esperar que este último regime apresentasse um impacto positivo superior e uma volatilidade inferior. No entanto, foi possível verificar que, para este estudo de caso, a empresa não obtém benefícios pela adoção deste regime.

Tendo em conta as análises adicionais realizadas com o propósito de averiguar se a inclusão das operações realizadas com entidades com relações especiais e com consumidores finais no RCCI tornariam o regime mais benéfico, é possível verificar que nenhuma das alterações propostas para o regime permite uma melhoria da tesouraria, ainda que, a adição das operações com entidades com relações especiais garanta uma menor volatilidade dos fluxos de caixa.

5.2. Limitações

A principal limitação a realçar neste trabalho reside no facto dos dados obtidos não conterem toda a informação necessária para a elaboração do estudo com uma maior profundidade. Tal como referido previamente no ponto 5.4, não foi possível alocar cada recebimento ou pagamento às respetivas faturas, pelo que, na elaboração dos cálculos necessários ao estudo proposto, se procedeu à liquidação da fatura mais antiga emitida

nos anos de análise. Adicionalmente, não foram considerados os créditos incobráveis ou de cobrança duvidosa, pois seriam necessárias informações adicionais acerca de cada cliente. Além disso, a natureza maioritariamente exportadora da empresa poderá ter influenciado os resultados obtidos, no entanto, como os dados necessários à análise apenas foram facultados por esta empresa, não foi possível contornar esta limitação.

5.3. Recomendações e Investigações Futuras

Em virtude do que foi mencionado, são agora apresentadas propostas de pesquisas futuras. Seria importante realizar uma análise semelhante à presente neste trabalho para uma empresa que não fosse maioritariamente exportadora, pois é um fator desvantajoso à adoção do RCCI.

Adicionalmente, a realização da mesma análise para empresas com dimensões e/ou características diferentes poderia ser benéfica para a obtenção de conclusões mais claras. Além disso, visto que no estudo de caso a empresa teve de entregar IVA que não recebeu dos clientes depois de um ano, teria interesse entender se a eliminação do limite de adiamento da exigibilidade de 12 meses teria um impacto significativo.

Por fim, o estudo realizado apenas permite uma análise do impacto nas empresas que adotam o regime, pelo que seria relevante verificar qual o efeito que o RCCI, bem como as propostas de melhoria, poderiam ter a nível da economia do país.

6. Referências Bibliográficas

Livros e Monografias

Allayannis, G., Rountree, B. and Weston, J.P, 2005. Earnings volatility, cashflow volatility, and firm value. Working paper, University of Virginia and Rice University.

Canedo, J. P. 2013. “Regime de IVA de caixa”, *Revista 1991*, nº2

Grigore, M. Z. & Gurau, M., 2013. Impact of VAT on the Profitability and the Cash Flow of Romanian Small and Medium Enterprises. *Global Economic Observer*, pp. 170-180.

Kuliš, D., 2014. Implementation of a cash accounting scheme for VAT: EU experience. Zagreb, Institute of Public Finance.

Minton, Bernadette A., and Catherine Schrand, 1999, The impact of cash flow volatility on discretionary investment and the costs of debt and equity financing, *Journal of Financial Economics* 54, 423 - 460.

Moura de Oliveira, A., 2011. IVA - Imposto Sobre o Valor Acrescentado. Centro de Investigação Jurídico Económica.

Pope, J. 2001, Estimating and Alleviating the Goods and Services Tax Compliance Cost Burden Upon Small Business, *Revenue Law Journal*, Vol. 11.

Pordata.pt. (2019). PORDATA – Pequenas e médias empresas em percentagem do total e por dimensão - Portugal. [online] Disponível em: <https://www.pordata.pt/Portugal/Pequenas+e+m%C3%A9dias+empresas+em+percentagem+do+total+de+empresas+total+e+por+dimens%C3%A3o-2859>

Rodrigues, C. 2013. Impostos-Custos de Contexto ou Ganhos de Capital. *Revista Fiscal*, Janeiro/Fevereiro de 2013, 25-32.

Travanca, D., Almeida, J. V. & Pinto, F., 2014. IVA - Regime de Caixa: Quando é vantajoso optar pelo Regime de IVA de Caixa?. Lisboa: Encontro da Escrita.

Legislação Nacional e Documentos da Autoridade Tributária e Aduaneira

Decreto-Lei n.º 372/2007, de 6 de novembro.

Decreto-Lei n.º 198/2012, de 24 de agosto.

Decreto-Lei n.º. 71/2013, de 30 de maio.

Ofício-Circulado da AT n.º 30154/2013 de 2013-10-30.

7. Anexos

Tabela. 1 - Fração de Mapa de apuramento da faturação coberta e do IVA recebido

Fornecedor	75	Saldo Inicial Fevereiro	12 627,62 €
Mercado	N	Compras Devoluções	4 572,77 €
Saldo Inicial Novembro	10 808,70 €	6%	- €
Compras Devoluções	1 359,15 €	13%	- €
6%	- €	23%	4 572,77 €
13%	- €	Parte ISENTA	- €
23%	1 359,15 €	IVA Crédito	855,07 €
Parte ISENTA	- €	6%	- €
IVA Crédito	254,15 €	13%	- €
6%	- €	23%	855,07 €
13%	- €	Descontos	
23%	254,15 €	Pagamentos	- €
Descontos		Cmp Nov p/ cobrir	- €
Pagamentos	337,02 €	% Coberta	100%
Cmp Nov p/ cobrir	1 022,13 €	Cmp Dez p/ cobrir	- €
% Coberta	25%	% Coberta	
Dívida Inicial p/ cobrir	10 808,70 €	Cmp Jan p/ cobrir	1 818,92 €
% Coberta	0%	% Coberta	16%
Saldo Inicial Dezembro	11 830,83 €	Cmp Fev p/ cobrir	4 572,77 €
Compras Devoluções	- €	% Coberta	0%
6%	- €	Dívida Inicial p/ cobrir	10 808,70 €
13%	- €	% Coberta	0%
23%	- €	Saldo Inicial Março	17 200,39 €
Parte ISENTA	- €	Compras Devoluções	3 932,31 €
IVA Crédito	- €	6%	- €
6%	- €	13%	- €
13%	- €	23%	3 932,31 €
23%	- €	Parte ISENTA	- €
Descontos		IVA Crédito	735,31 €
Pagamentos	- €	6%	- €
Cmp Nov p/ cobrir	1 022,13 €	13%	- €
% Coberta	25%	23%	735,31 €
Cmp Dez p/ cobrir	- €	Descontos	
% Coberta		Pagamentos	1 931,46 €
Dívida Inicial p/ cobrir	10 808,70 €	Cmp Nov p/ cobrir	- €
% Coberta	0%	% Coberta	100%
Saldo Inicial Janeiro	11 830,83 €	Cmp Dez p/ cobrir	- €
Compras Devoluções	2 155,94 €	% Coberta	
6%	- €	Cmp Jan p/ cobrir	- €
13%	- €	% Coberta	100%
23%	2 155,94 €	Cmp Fev p/ cobrir	4 460,23 €
Parte ISENTA	- €	% Coberta	2%
IVA Crédito	403,14 €	Cmp Mar p/ cobrir	3 932,31 €
6%	- €	% Coberta	0%
13%	- €	Dívida Inicial p/ cobrir	10 808,70 €
23%	403,14 €	% Coberta	0%
Descontos		Saldo Inicial Abril	19 201,24 €
Pagamentos	1 359,15 €	Compras Devoluções	1 948,01 €
Cmp Nov p/ cobrir	- €	6%	- €
% Coberta	100%	13%	- €
Cmp Dez p/ cobrir	- €	23%	1 948,01 €
% Coberta		Parte ISENTA	- €
Cmp Jan p/ cobrir	1 818,92 €	IVA Crédito	364,26 €
% Coberta	16%	6%	- €
Dívida Inicial p/ cobrir	10 808,70 €	13%	- €
% Coberta	0%	23%	364,26 €

Tabela. 2 - IVA a Liquidar no ano N, de acordo com o RCCI

RCCI	Jan N	Fev N	Mar N	Abr N	Mai N	Jun N	Jul N	Ago N	Set N	Out N	Nov N	Dez N	Total
Mês	Nov N-1	Dez N-1	Jan N	Fev N	Mar N	Abr N	Mai N	Jun N	Jul N	Ago N	Set N	Out N	
Vendas N-1	18 474,80 €	40 353,25 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	58 828,05 €
Vendas a Pronto	3 692,08 €	665,62 €	2 185,12 €	2 429,41 €	5 046,45 €	6 560,32 €	11 574,10 €	7 963,04 €	6 186,08 €	3 978,44 €	3 467,41 €	3 001,77 €	56 749,84 €
Consumidores Finais	-00 €	-00 €	1 559,75 €	5 937,30 €	4 780,52 €	2 330,03 €	5 462,63 €	5 317,72 €	3 266,75 €	5 260,40 €	4 472,45 €	4 686,21 €	43 073,75 €
Relações Especiais	-00 €	-00 €	2 788,22 €	5 192,52 €	3 959,06 €	3 968,23 €	5 463,59 €	3 311,64 €	4 742,98 €	4 711,91 €	566,72 €	983,74 €	35 688,62 €
Operações Excluídas	22 166,88 €	41 018,87 €	6 533,10 €	13 559,23 €	13 786,04 €	12 858,58 €	22 500,32 €	16 592,39 €	14 195,80 €	13 950,75 €	8 506,59 €	8 671,71 €	194 340,26 €
Jan N			4 387,13 €	8 027,72 €	1 650,95 €	2 152,42 €	337,28 €	256,23 €	435,56 €	136,33 €	10,88 €	227,69 €	17 622,19 €
Fev N				3 695,43 €	7 892,00 €	5 578,71 €	2 175,29 €	1 670,09 €	197,52 €	367,87 €	12,14 €	1 974,70 €	23 563,76 €
Mar N					7 930,01 €	7 828,96 €	11 903,60 €	5 206,98 €	5 894,17 €	596,96 €	977,23 €	2 616,33 €	42 954,25 €
Abr N						2 141,29 €	7 426,25 €	13 866,96 €	6 921,65 €	7 180,27 €	1 582,20 €	4 045,56 €	43 164,19 €
Mai N							6 491,71 €	12 643,33 €	10 836,42 €	9 821,97 €	13 138,30 €	7 548,90 €	60 480,64 €
Jun N								6 061,11 €	24 552,68 €	16 715,89 €	5 645,55 €	10 887,57 €	63 862,80 €
Jul N									5 749,76 €	6 478,58 €	5 824,84 €	7 516,25 €	25 569,43 €
Ago N										1 452,77 €	2 998,09 €	5 187,38 €	9 638,24 €
Set N											15 848,88 €	6 345,83 €	22 194,71 €
Out N												3 242,50 €	3 242,50 €
Operações Abrangidas	-00 €	-00 €	4 387,13 €	11 723,15 €	17 472,97 €	17 701,37 €	28 334,14 €	39 704,71 €	54 587,77 €	42 750,65 €	46 038,11 €	49 592,71 €	312 292,70 €
IVA a Liquidar	22 166,88 €	41 018,87 €	10 920,23 €	25 282,38 €	31 259,01 €	30 559,95 €	50 834,46 €	56 297,10 €	68 783,57 €	56 701,40 €	54 544,70 €	58 264,43 €	506 632,96 €

Tabela. 3 - IVA a Deduzir no ano N, de acordo com o RCCI

RCCI	Jan N	Fev N	Mar N	Abr N	Mai N	Jun N	Jul N	Ago N	Set N	Out N	Nov N	Dez N	Total
Mês	Nov N-1	Dez N-1	Jan N	Fev N	Mar N	Abr N	Mai N	Jun N	Jul N	Ago N	Set N	Out N	
Compras N-1	76 919,10 €	56 707,13 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	133 626,23 €
Relações Especiais	-00 €	-00 €	13 402,81 €	5 048,89 €	27 235,50 €	16 994,21 €	40 840,33 €	58 452,88 €	30 907,14 €	6 701,30 €	2 963,92 €	10 323,52 €	212 870,50 €
Operações Excluídas	76 919,10 €	56 707,13 €	13 402,81 €	5 048,89 €	27 235,50 €	16 994,21 €	40 840,33 €	58 452,88 €	30 907,14 €	6 701,30 €	2 963,92 €	10 323,52 €	346 496,74 €
Jan N			21 966,19 €	10 170,01 €	20 559,53 €	11 952,03 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	64 647,76 €
Fev N				29 155,56 €	6 792,50 €	31 222,76 €	4 649,86 €	12 486,60 €	812,05 €	10,10 €	-00 €	-00 €	85 129,43 €
Mar N					37 743,36 €	27 301,02 €	16 124,86 €	11 113,08 €	12 754,80 €	2 958,70 €	-00 €	57,50 €	108 053,33 €
Abr N						8 111,35 €	12 670,42 €	13 574,09 €	11 217,66 €	5 598,24 €	2 629,39 €	1 610,09 €	55 411,23 €
Mai N							3 371,09 €	23 577,51 €	21 993,14 €	22 241,81 €	12 120,84 €	8 598,36 €	91 902,75 €
Jun N								2 147,06 €	21 987,98 €	16 202,01 €	19 248,57 €	8 391,33 €	67 976,94 €
Jul N									2 418,73 €	4 997,04 €	9 077,48 €	26 954,02 €	43 447,27 €
Ago N										11 665,04 €	9 215,24 €	5 363,76 €	26 244,04 €
Set N											8 880,69 €	14 373,16 €	23 253,85 €
Out N												1 929,72 €	1 929,72 €
Operações Abrangidas	-00 €	-00 €	21 966,19 €	39 325,58 €	65 095,39 €	78 587,15 €	36 816,24 €	62 898,33 €	71 184,36 €	63 672,94 €	61 172,21 €	67 277,93 €	567 996,32 €
IVA a Deduzir	76 919,10 €	56 707,13 €	35 369,01 €	44 374,46 €	92 330,89 €	95 581,36 €	77 656,57 €	121 351,21 €	102 091,50 €	70 374,24 €	64 136,13 €	77 601,45 €	914 493,06 €

Tabela. 4 - IVA a Liquidar no ano N+1, de acordo com o RCCI

RCCI	Jan N+1	Fev N+1	Mar N+1	Abr N+1	Mai N+1	Jun N+1	Jul N+1	Ago N+1	Set N+1	Out N+1	Nov N+1	Dez N+1	Total
Mês	Nov N	Dez N	Jan N+1	Fev N+1	Mar N+1	Abr N+1	Mai N+1	Jun N+1	Jul N+1	Ago N+1	Set N+1	Out N+1	
Vendas a Pronto	3 098,51 €	1 969,14 €	2 856,66 €	4 471,29 €	4 065,21 €	9 979,99 €	7 720,84 €	6 327,89 €	8 917,22 €	7 515,85 €	3 759,36 €	7 453,99 €	68 135,95 €
Consumidores Finais	1 648,51 €	8 123,14 €	7 003,09 €	1 692,70 €	1 151,90 €	1 476,28 €	9 248,53 €	4 237,87 €	2 495,93 €	1 438,76 €	655,53 €	3 575,03 €	42 747,27 €
Relações Especiais	4 508,69 €	1 768,03 €	5 393,22 €	12 287,72 €	15 002,30 €	25 071,87 €	14 494,47 €	360,66 €	4 550,05 €	4 693,01 €	1 236,70 €	796,46 €	90 163,18 €
Operações Excluídas	9 255,71 €	11 860,31 €	15 252,98 €	18 451,71 €	20 219,41 €	36 528,15 €	31 463,83 €	10 926,42 €	15 963,20 €	13 647,62 €	5 651,59 €	11 825,48 €	201 046,40 €
12 meses			232,73 €	102,37 €	1 602,47 €	669,15 €	1 038,16 €	2 656,32 €	2 472,15 €	608,39 €	212,43 €	1 305,31 €	10 899,47 €
Jan N	92,06 €	-00 €											92,06 €
Fev N	15,33 €	90,93 €	-00 €										106,26 €
Mar N	946,02 €	-00 €	32,78 €	-00 €									978,81 €
Abr N	2 664,06 €	721,25 €	385,11 €	263,82 €	47,30 €								4 081,54 €
Mai N	2 335,52 €	660,55 €	830,03 €	117,46 €	170,55 €	14,47 €							4 128,58 €
Jun N	9 986,80 €	1 481,67 €	2 284,40 €	225,86 €	399,34 €	162,23 €	259,04 €						14 799,35 €
Jul N	5 587,44 €	857,00 €	1 271,14 €	133,25 €	191,22 €	80,46 €	194,03 €	671,76 €					8 986,29 €
Ago N	4 612,62 €	1 751,23 €	1 823,88 €	356,10 €	87,98 €	-00 €	-00 €	32,25 €	325,53 €				8 989,58 €
Set N	4 217,41 €	3 340,02 €	2 779,64 €	2 421,77 €	164,28 €	61,39 €	1 613,68 €	300,47 €	190,53 €	752,48 €			15 841,68 €
Out N	4 355,53 €	7 044,51 €	2 577,89 €	2 205,40 €	2 451,62 €	106,40 €	358,57 €	858,65 €	453,75 €	368,82 €	488,96 €		21 270,12 €
Nov N	14 647,58 €	3 064,04 €	4 881,69 €	7 847,23 €	1 634,93 €	1 004,65 €	1 538,90 €	1 179,31 €	502,48 €	385,79 €	62,19 €	-00 €	36 748,78 €
Dez N		5 181,53 €	14 684,64 €	3 997,40 €	10 116,85 €	1 205,30 €	1 011,35 €	64,36 €	208,38 €	14,37 €	-00 €	-00 €	36 484,19 €
Jan N+1			6 455,17 €	18 611,96 €	4 294,13 €	5 821,01 €	5 160,68 €	3 131,57 €	738,45 €	366,94 €	3 469,02 €	47,54 €	48 096,47 €
Fev N+1				10 355,04 €	9 769,83 €	4 157,96 €	3 897,53 €	12 878,33 €	1 965,41 €	1 925,82 €	423,33 €	105,76 €	45 479,02 €
Mar N+1					21 285,48 €	5 713,32 €	4 354,76 €	23 651,52 €	2 995,04 €	3 055,88 €	703,95 €	1 237,06 €	62 997,00 €
Abr N+1						2 657,48 €	5 658,67 €	21 261,49 €	14 498,09 €	4 293,02 €	3 311,20 €	3 897,30 €	55 577,25 €
Mai N+1							5 838,16 €	13 982,79 €	16 899,83 €	3 485,01 €	5 893,33 €	3 641,97 €	49 741,09 €
Jun N+1								10 729,63 €	17 681,84 €	37 307,70 €	5 119,58 €	9 158,25 €	79 997,01 €
Jul N+1									8 880,23 €	11 435,55 €	22 528,08 €	11 475,97 €	54 319,84 €
Ago N+1										3 913,14 €	19 160,64 €	7 833,44 €	30 907,21 €
Set N+1											4 421,42 €	23 159,51 €	27 580,93 €
Out N+1												6 087,11 €	6 087,11 €
Operações Abrangidas	49 460,38 €	24 192,73 €	38 239,12 €	46 637,67 €	52 216,00 €	21 653,81 €	30 923,53 €	91 398,44 €	67 811,71 €	67 912,91 €	65 794,12 €	67 949,22 €	624 189,63 €
IVA a Liquidar	58 716,09 €	36 053,03 €	53 492,10 €	65 089,38 €	72 435,40 €	58 181,96 €	62 387,36 €	102 324,86 €	83 774,91 €	81 560,53 €	71 445,71 €	79 774,70 €	825 236,03 €

Tabela. 5 - IVA a Deduzir no ano N+1, de acordo com o RCCI

RCCI	Jan N+1	Fev N+1	Mar N+1	Abr N+1	Mai N+1	Jun N+1	Jul N+1	Ago N+1	Set N+1	Out N+1	Nov N+1	Dez N+1	Total
Mês	Nov N	Dez N	Jan N+1	Fev N+1	Mar N+1	Abr N+1	Mai N+1	Jun N+1	Jul N+1	Ago N+1	Set N+1	Out N+1	
Relações Especiais	3 308,89 €	12 899,22 €	5 378,25 €	8 521,99 €	26 666,15 €	30 136,97 €	155 664,84 €	40 276,32 €	-00 €	3 310,02 €	15 949,25 €	4 651,65 €	306 763,55 €
Operações Excluídas	3 308,89 €	12 899,22 €	5 378,25 €	8 521,99 €	26 666,15 €	30 136,97 €	155 664,84 €	40 276,32 €	-00 €	3 310,02 €	15 949,25 €	4 651,65 €	306 763,55 €
12 meses			-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €
Jan N	-00 €	-00 €											-00 €
Fev N	-00 €	27,81 €	-00 €										27,81 €
Mar N	-00 €	4,77 €	-00 €	-00 €									4,77 €
Abr N	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €								-00 €
Mai N	-00 €	890,82 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €							890,82 €
Jun N	41,91 €	196,47 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €						238,39 €
Jul N	4 267,07 €	2 881,10 €	-00 €	-00 €	-00 €	166,19 €	-00 €	-00 €					7 314,36 €
Ago N	10 335,13 €	10 425,75 €	470,57 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €				21 231,45 €
Set N	14 232,75 €	28 273,45 €	10 744,56 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €			53 250,76 €
Out N	2 046,07 €	13 230,13 €	22 469,31 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	35,65 €	-00 €	-00 €	-00 €		37 781,15 €
Nov N	3 384,32 €	17 780,66 €	15 206,58 €	9 840,54 €	2,25 €	-00 €	-00 €	49,45 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	46 263,79 €
Dez N		1 826,41 €	11 867,63 €	9 299,13 €	96,82 €	12,00 €	-00 €	-00 €	9,98 €	-00 €	-00 €	-00 €	23 111,96 €
Jan N+1			1 952,46 €	17 765,39 €	36 062,74 €	15 844,27 €	565,92 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	72 190,78 €
Fev N+1				11 344,09 €	18 350,23 €	30 963,24 €	32 246,41 €	6 192,20 €	1 970,94 €	-00 €	-00 €	25,30 €	101 092,42 €
Mar N+1					4 222,28 €	11 121,93 €	47 188,81 €	54 450,98 €	27 985,21 €	6 020,96 €	3 911,63 €	131,10 €	155 032,90 €
Abr N+1						3 922,94 €	6 535,31 €	16 724,72 €	43 799,67 €	3 741,14 €	4 539,29 €	41,62 €	79 304,68 €
Mai N+1							4 789,56 €	7 052,71 €	14 488,89 €	15 635,48 €	16 766,26 €	9 489,23 €	68 222,12 €
Jun N+1								2 454,79 €	20 140,88 €	25 895,88 €	22 478,53 €	9 355,48 €	80 325,56 €
Jul N+1									396,60 €	10 500,58 €	31 628,21 €	30 295,67 €	72 821,06 €
Ago N+1										4 465,32 €	11 182,86 €	5 150,50 €	20 798,68 €
Set N+1											9 073,46 €	14 889,42 €	23 962,88 €
Out N+1												14 626,69 €	14 626,69 €
Operações Abrangidas	34 307,24 €	75 537,38 €	62 711,12 €	48 249,14 €	58 734,32 €	62 030,56 €	91 326,01 €	86 960,51 €	108 792,16 €	66 259,36 €	99 580,23 €	84 005,00 €	878 493,03 €
IVA a Deduzir	37 616,13 €	88 436,59 €	68 089,37 €	56 771,12 €	85 400,48 €	92 167,53 €	246 990,85 €	127 236,83 €	108 792,16 €	69 569,38 €	115 529,49 €	88 656,65 €	1 185 256,59 €

Tabela. 6 - IVA a Liquidar no ano N, de acordo com o RCCI, incluindo Consumidores Finais e Relações Especiais

RCCI c/ CF e c/ RE	Jan N	Fev N	Mar N	Abr N	Mai N	Jun N	Jul N	Ago N	Set N	Out N	Nov N	Dez N	Total
Mês	Nov N-1	Dez N-1	Jan N	Fev N	Mar N	Abr N	Mai N	Jun N	Jul N	Ago N	Set N	Out N	
Vendas N-1	18 474,80 €	40 353,25 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	58 828,05 €
Vendas a Pronto N-1	3 692,08 €	665,62 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	4 357,70 €
Operações Excluídas	22 166,88 €	41 018,87 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	63 185,74 €
Jan N			7 147,66 €	8 132,35 €	1 891,05 €	2 186,31 €	1 915,74 €	675,25 €	1 818,42 €	136,33 €	10,88 €	227,69 €	24 141,68 €
Fev N				11 238,90 €	7 895,92 €	5 685,18 €	2 483,96 €	1 873,30 €	3 335,42 €	2 278,39 €	12,14 €	2 083,62 €	36 886,83 €
Mar N					17 190,75 €	8 133,98 €	11 961,09 €	5 303,52 €	5 897,93 €	4 441,88 €	977,23 €	2 703,70 €	56 610,08 €
Abr N						8 782,75 €	7 962,71 €	14 610,24 €	7 832,89 €	10 867,26 €	1 688,52 €	4 045,56 €	55 789,93 €
Mai N							18 944,94 €	13 637,05 €	11 649,60 €	12 188,15 €	14 221,15 €	11 724,79 €	82 365,67 €
Jun N								14 903,39 €	25 710,54 €	17 216,00 €	6 936,60 €	13 894,84 €	78 661,37 €
Jul N									12 881,34 €	6 853,52 €	7 273,93 €	11 672,70 €	38 681,49 €
Ago N										9 383,65 €	3 201,71 €	5 501,44 €	18 086,81 €
Set N											19 327,73 €	7 013,95 €	26 341,68 €
Out N												7 609,81 €	7 609,81 €
Operações Abrangidas	-00 €	-00 €	7 147,66 €	19 371,25 €	26 977,72 €	24 788,22 €	43 268,44 €	51 002,74 €	69 126,14 €	63 365,18 €	53 649,89 €	66 478,10 €	425 175,35 €
IVA a Liquidar	22 166,88 €	41 018,87 €	7 147,66 €	19 371,25 €	26 977,72 €	24 788,22 €	43 268,44 €	51 002,74 €	69 126,14 €	63 365,18 €	53 649,89 €	66 478,10 €	488 361,09 €

Tabela. 7 - IVA a Deduzir no ano N, de acordo com o RCCI, incluindo Relações Especiais

RCCI c/ CF e c/ RE	Jan N	Fev N	Mar N	Abr N	Mai N	Jun N	Jul N	Ago N	Set N	Out N	Nov N	Dez N	Total
Mês	Nov N-1	Dez N-1	Jan N	Fev N	Mar N	Abr N	Mai N	Jun N	Jul N	Ago N	Set N	Out N	
Compras N-1	76 919,10 €	56 707,13 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	133 626,23 €
Operações Excluídas	76 919,10 €	56 707,13 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	133 626,23 €
Jan N			26 967,58 €	18 571,44 €	20 559,53 €	11 952,03 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	78 050,58 €
Fev N				34 204,45 €	6 792,50 €	31 222,76 €	4 649,86 €	12 486,60 €	812,05 €	10,10 €	-00 €	-00 €	90 178,31 €
Mar N					39 966,72 €	36 694,41 €	27 263,21 €	15 483,08 €	12 865,20 €	2 958,70 €	-00 €	57,50 €	135 288,83 €
Abr N						8 111,35 €	21 164,47 €	22 010,77 €	11 281,14 €	5 598,24 €	2 629,39 €	1 610,09 €	72 405,44 €
Mai N							3 371,09 €	31 752,03 €	32 000,83 €	31 789,09 €	14 625,70 €	19 204,34 €	132 743,08 €
Jun N								2 147,06 €	21 987,98 €	16 847,13 €	22 053,45 €	16 908,62 €	79 944,22 €
Jul N									2 418,73 €	4 997,04 €	9 077,48 €	27 036,82 €	43 530,07 €
Ago N										11 665,04 €	9 215,24 €	5 363,76 €	26 244,04 €
Set N											8 880,69 €	14 373,16 €	23 253,85 €
Out N												1 929,72 €	1 929,72 €
Operações Abrangidas	-00 €	-00 €	26 967,58 €	52 775,89 €	67 318,75 €	87 980,54 €	56 448,64 €	83 879,53 €	81 365,93 €	73 865,34 €	66 481,95 €	86 483,99 €	683 568,14 €
IVA a Deduzir	76 919,10 €	56 707,13 €	26 967,58 €	52 775,89 €	67 318,75 €	87 980,54 €	56 448,64 €	83 879,53 €	81 365,93 €	73 865,34 €	66 481,95 €	86 483,99 €	817 194,38 €

Tabela. 8 - IVA a Pagar/ Recuperar no ano N, de acordo com o RCCI, incluindo Consumidores Finais e Relações Especiais

RCCI c/ CF e c/ RE	Jan N	Fev N	Mar N	Abr N	Mai N	Jun N	Jul N	Ago N	Set N	Out N	Nov N	Dez N	Total
IVA a Liquidar	22 166,88 €	41 018,87 €	7 147,66 €	19 371,25 €	26 977,72 €	24 788,22 €	43 268,44 €	51 002,74 €	69 126,14 €	63 365,18 €	53 649,89 €	66 478,10 €	488 361,09 €
IVA Operações abrangidas RIC	-00 €	-00 €	7 147,66 €	19 371,25 €	26 977,72 €	24 788,22 €	43 268,44 €	51 002,74 €	69 126,14 €	63 365,18 €	53 649,89 €	66 478,10 €	425 175,35 €
IVA Vendas a Pronto	3 692,08 €	665,62 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	4 357,70 €
IVA Vendas N-1	18 474,80 €	40 353,25 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	58 828,05 €
IVA a Deduzir	76 919,10 €	56 707,13 €	26 967,58 €	52 775,89 €	67 318,75 €	87 980,54 €	56 448,64 €	83 879,53 €	81 365,93 €	73 865,34 €	66 481,95 €	86 483,99 €	817 194,38 €
IVA Operações abrangidas RIC	-00 €	-00 €	26 967,58 €	52 775,89 €	67 318,75 €	87 980,54 €	56 448,64 €	83 879,53 €	81 365,93 €	73 865,34 €	66 481,95 €	86 483,99 €	683 568,14 €
IVA Compras N-1	76 919,10 €	56 707,13 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	133 626,23 €
IVA Regularizações	-461,35 €	-1 069,54 €	-13,56 €	-2 433,04 €	-9,10 €	-3,39 €	-114,98 €	344,68 €	0,39 €	316,54 €	-525,41 €	251,69 €	-3 717,08 €
Devoluções (compras)	-00 €	2,71 €	-00 €	-00 €	3,13 €	-00 €	78,04 €	1 142,77 €	192,30 €	466,47 €	10,51 €	297,06 €	2 192,99 €
Devoluções (vendas)	461,35 €	1 072,25 €	13,56 €	2 433,04 €	12,23 €	3,39 €	193,02 €	798,09 €	191,91 €	149,93 €	535,92 €	45,37 €	5 910,07 €
IVA a Pagar/Recuperar	-55 213,57 €	-16 757,80 €	-19 833,48 €	-35 837,68 €	-40 350,13 €	-63 195,71 €	-13 295,17 €	-32 532,11 €	-12 239,40 €	-10 183,63 €	-13 357,47 €	-19 754,20 €	-332 550,36 €

Tabela. 9 - IVA a Liquidar no ano N+1, de acordo com o RCCI, incluindo Consumidores Finais e Relações Especiais

RCCI c/ CF e c/ RE	Jan N+1	Fev N+1	Mar N+1	Abr N+1	Mai N+1	Jun N+1	Jul N+1	Ago N+1	Set N+1	Out N+1	Nov N+1	Dez N+1	Total
Mês	Nov N	Dez N	Jan N+1	Fev N+1	Mar N+1	Abr N+1	Mai N+1	Jun N+1	Jul N+1	Ago N+1	Set N+1	Out N+1	
12 meses			246,35 €	114,13 €	1 664,79 €	669,15 €	1 436,34 €	2 781,31 €	2 692,85 €	684,93 €	212,43 €	1 541,65 €	12 043,92 €
Jan N	92,06 €	-00 €											92,06 €
Fev N	219,80 €	90,93 €	19,93 €										330,66 €
Mar N	946,02 €	63,11 €	32,78 €	4,76 €									1 046,68 €
Abr N	2 856,32 €	721,25 €	407,24 €	282,27 €	47,30 €								4 314,38 €
Mai N	2 451,97 €	660,55 €	855,27 €	192,88 €	170,55 €	14,47 €							4 345,69 €
Jun N	10 113,28 €	1 735,26 €	3 007,04 €	779,06 €	399,34 €	162,23 €	271,98 €						16 468,18 €
Jul N	5 642,47 €	1 046,36 €	1 372,16 €	521,16 €	191,39 €	107,79 €	243,88 €	687,91 €					9 813,12 €
Ago N	5 730,99 €	5 535,48 €	1 892,67 €	356,10 €	87,98 €	108,49 €	123,96 €	32,64 €	541,79 €				14 410,09 €
Set N	4 787,12 €	3 597,89 €	2 807,01 €	2 519,63 €	274,03 €	61,39 €	1 613,68 €	348,20 €	3 392,13 €	752,48 €			20 153,55 €
Out N	4 523,15 €	9 400,03 €	2 623,01 €	2 212,81 €	3 352,47 €	117,50 €	358,57 €	1 333,46 €	453,75 €	368,82 €	488,96 €		25 232,52 €
Nov N	18 318,81 €	3 266,25 €	5 140,51 €	7 931,65 €	1 634,93 €	1 004,65 €	1 538,90 €	1 388,50 €	502,48 €	385,79 €	62,19 €	-00 €	41 174,64 €
Dez N		12 563,17 €	14 935,20 €	4 660,32 €	10 277,02 €	1 205,30 €	1 861,67 €	544,01 €	251,04 €	14,37 €	-00 €	-00 €	46 312,11 €
Jan N+1			9 399,20 €	24 821,49 €	4 355,03 €	5 821,01 €	5 160,68 €	3 131,57 €	841,38 €	366,94 €	3 469,02 €	47,54 €	57 413,85 €
Fev N+1				14 907,57 €	10 229,61 €	4 288,30 €	4 317,58 €	13 250,64 €	1 973,33 €	1 977,35 €	423,33 €	140,16 €	51 507,88 €
Mar N+1					25 471,94 €	5 964,11 €	4 969,88 €	23 651,52 €	2 999,12 €	3 069,89 €	703,95 €	1 253,45 €	68 083,85 €
Abr N+1							12 752,44 €	6 123,22 €	21 293,96 €	14 643,35 €	4 330,86 €	3 311,20 €	66 382,98 €
Mai N+1								13 883,27 €	15 362,63 €	18 037,65 €	4 931,32 €	7 873,58 €	63 787,28 €
Jun N+1									17 172,87 €	18 317,63 €	37 656,26 €	6 021,65 €	89 446,12 €
Jul N+1										17 942,87 €	11 950,73 €	23 041,67 €	64 460,51 €
Ago N+1											11 510,81 €	19 270,41 €	38 762,12 €
Set N+1												8 207,76 €	31 383,17 €
Out N+1													13 541,11 €
Operações Abrangidas	55 681,98 €	38 680,28 €	42 738,38 €	59 303,82 €	58 156,39 €	32 276,80 €	41 903,59 €	100 979,22 €	82 589,39 €	78 000,55 €	73 086,15 €	77 109,94 €	740 506,48 €
IVA a Liquidar	55 681,98 €	38 680,28 €	42 738,38 €	59 303,82 €	58 156,39 €	32 276,80 €	41 903,59 €	100 979,22 €	82 589,39 €	78 000,55 €	73 086,15 €	77 109,94 €	740 506,48 €

Tabela. 10 - IVA a Deduzir no ano N+1, de acordo com o RCCI, incluindo Relações Especiais

RCCI c/ CF e c/ RE	Jan N+1	Fev N+1	Mar N+1	Abr N+1	Mai N+1	Jun N+1	Jul N+1	Ago N+1	Set N+1	Out N+1	Nov N+1	Dez N+1	Total
Mês	Nov N	Dez N	Jan N+1	Fev N+1	Mar N+1	Abr N+1	Mai N+1	Jun N+1	Jul N+1	Ago N+1	Set N+1	Out N+1	
12 meses			-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €
Jan N	-00 €	-00 €											-00 €
Fev N	-00 €	27,81 €	-00 €										27,81 €
Mar N	-00 €	4,77 €	-00 €	-00 €									4,77 €
Abr N	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €								-00 €
Mai N	-00 €	890,82 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €							890,82 €
Jun N	20 823,83 €	25 900,16 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €						46 723,99 €
Jul N	4 267,07 €	12 251,19 €	15 534,52 €	5 919,73 €	-00 €	166,19 €	-00 €	-00 €					38 138,70 €
Ago N	10 335,13 €	10 425,75 €	470,57 €	6 701,30 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €				27 932,74 €
Set N	14 232,75 €	28 273,45 €	10 744,56 €	2 963,92 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €			56 214,68 €
Out N	2 046,07 €	13 230,13 €	25 139,55 €	7 653,28 €	-00 €	-00 €	-00 €	35,65 €	-00 €	-00 €	-00 €		48 104,67 €
Nov N	3 384,32 €	17 780,66 €	15 206,58 €	13 121,36 €	2,25 €	28,06 €	-00 €	49,45 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	49 572,68 €
Dez N		1 826,41 €	11 867,63 €	16 588,59 €	2 901,69 €	2 816,88 €	-00 €	-00 €	9,98 €	-00 €	-00 €	-00 €	36 011,18 €
Jan N+1			1 952,46 €	23 143,64 €	36 062,74 €	15 844,27 €	565,92 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	77 569,04 €
Fev N+1				12 294,86 €	25 175,50 €	31 709,19 €	32 246,41 €	6 192,20 €	1 970,94 €	-00 €	-00 €	-00 €	109 614,41 €
Mar N+1					4 222,28 €	29 351,39 €	48 150,50 €	54 450,98 €	29 850,45 €	6 020,96 €	5 781,55 €	2 001,02 €	179 829,14 €
Abr N+1						3 922,94 €	11 089,99 €	26 787,94 €	59 318,73 €	3 741,14 €	4 539,29 €	41,62 €	109 441,65 €
Mai N+1							4 789,56 €	7 052,71 €	18 204,60 €	20 793,84 €	35 930,16 €	18 412,19 €	105 183,06 €
Jun N+1								2 454,79 €	20 140,88 €	25 895,88 €	22 478,53 €	9 355,48 €	80 325,56 €
Jul N+1									396,60 €	10 500,58 €	31 628,21 €	30 295,67 €	72 821,06 €
Ago N+1										4 465,32 €	11 182,86 €	5 150,50 €	20 798,68 €
Set N+1											9 073,46 €	14 889,42 €	23 962,88 €
Out N+1												14 626,69 €	14 626,69 €
Operações Abrangidas	55 089,16 €	110 611,15 €	80 915,88 €	88 386,67 €	68 364,47 €	83 838,91 €	96 842,39 €	97 023,73 €	129 892,19 €	71 417,72 €	120 614,06 €	94 797,88 €	1 097 794,20 €
IVA a Deduzir	55 089,16 €	110 611,15 €	80 915,88 €	88 386,67 €	68 364,47 €	83 838,91 €	96 842,39 €	97 023,73 €	129 892,19 €	71 417,72 €	120 614,06 €	94 797,88 €	1 097 794,20 €

Tabela. 11 - IVA a Pagar/ Recuperar no ano N+1, de acordo com o RCCI, incluindo Consumidores Finais e Relações Especiais

RCCI c/ CF e c/ RE	Jan N+1	Fev N+1	Mar N+1	Abr N+1	Mai N+1	Jun N+1	Jul N+1	Ago N+1	Set N+1	Out N+1	Nov N+1	Dez N+1	Total
IVA a Liquidar	55 681,98 €	38 680,28 €	42 738,38 €	59 303,82 €	58 156,39 €	32 276,80 €	41 903,59 €	100 979,22 €	82 589,39 €	78 000,55 €	73 086,15 €	77 109,94 €	740 506,48 €
IVA Operações abrangidas RIC	55 681,98 €	38 680,28 €	42 492,03 €	59 189,69 €	56 491,59 €	31 607,66 €	40 467,26 €	98 197,90 €	79 896,53 €	77 315,62 €	72 873,73 €	75 568,29 €	728 462,56 €
IVA 12 meses	-00 €	-00 €	246,35 €	114,13 €	1 664,79 €	669,15 €	1 436,34 €	2 781,31 €	2 692,85 €	684,93 €	212,43 €	1 541,65 €	12 043,92 €
IVA a Deduzir	55 089,16 €	110 611,15 €	80 915,88 €	88 386,67 €	68 364,47 €	83 838,91 €	96 842,39 €	97 023,73 €	129 892,19 €	71 417,72 €	120 614,06 €	94 797,88 €	1 097 794,20 €
IVA Operações abrangidas RIC	55 089,16 €	110 611,15 €	80 915,88 €	88 386,67 €	68 364,47 €	83 838,91 €	96 842,39 €	97 023,73 €	129 892,19 €	71 417,72 €	120 614,06 €	94 797,88 €	1 097 794,20 €
IVA 12 meses	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €
IVA Regularizações	1 400,97 €	-439,85 €	-279,71 €	-444,58 €	-300,47 €	-466,35 €	953,55 €	-58 419,52 €	-22 647,70 €	-310,29 €	-1 374,13 €	-92,74 €	-82 420,81 €
Devoluções (compras)	2 245,31 €	139,05 €	59,34 €	-00 €	-00 €	63,66 €	1 106,37 €	-00 €	1 397,75 €	9,26 €	697,59 €	193,53 €	5 911,86 €
Devoluções (vendas)	844,34 €	578,90 €	339,05 €	444,58 €	300,47 €	530,01 €	152,81 €	58 419,52 €	24 045,45 €	319,55 €	2 071,72 €	286,27 €	88 332,67 €
IVA a Pagar/Recuperar	1 993,79 €	-72 370,72 €	-38 457,22 €	-29 527,43 €	-10 508,55 €	-52 028,46 €	-53 985,24 €	-54 464,03 €	-69 950,50 €	6 272,54 €	-48 902,04 €	-17 780,68 €	-439 708,53 €

Tabela. 12 - IVA a Liquidar no ano N, de acordo com o RCCI, incluindo Relações Especiais

RCCI s/ CF e c/ RE	Jan N	Fev N	Mar N	Abr N	Mai N	Jun N	Jul N	Ago N	Set N	Out N	Nov N	Dez N	Total
Mês	Nov N-1	Dez N-1	Jan N	Fev N	Mar N	Abr N	Mai N	Jun N	Jul N	Ago N	Set N	Out N	
Vendas N-1	18 474,80 €	40 353,25 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	58 828,05 €
Vendas a Pronto	3 692,08 €	665,62 €	2 185,12 €	2 429,41 €	5 046,45 €	6 560,32 €	11 574,10 €	7 963,04 €	6 186,08 €	3 978,44 €	3 467,41 €	3 001,77 €	56 749,84 €
Consumidores Finais	-00 €	-00 €	1 559,75 €	5 937,30 €	4 780,52 €	2 330,03 €	5 462,63 €	5 317,72 €	3 266,75 €	5 260,40 €	4 472,45 €	4 686,21 €	43 073,75 €
Operações Excluídas	22 166,88 €	41 018,87 €	3 744,87 €	8 366,71 €	9 826,98 €	8 890,35 €	17 036,73 €	13 280,75 €	9 452,82 €	9 238,84 €	7 939,87 €	7 687,98 €	158 651,64 €
Jan N			4 727,57 €	8 027,72 €	1 736,45 €	2 152,42 €	1 316,71 €	256,23 €	1 818,42 €	136,33 €	10,88 €	227,69 €	20 410,42 €
Fev N				3 839,53 €	7 892,00 €	5 578,71 €	2 175,29 €	1 670,09 €	3 335,42 €	2 278,39 €	12,14 €	1 974,70 €	28 756,28 €
Mar N					8 145,67 €	7 828,96 €	11 903,60 €	5 206,98 €	5 894,17 €	4 340,37 €	977,23 €	2 616,33 €	46 913,31 €
Abr N						2 141,29 €	7 766,69 €	14 056,11 €	6 921,65 €	10 618,91 €	1 582,20 €	4 045,56 €	47 132,42 €
Mai N							6 491,71 €	12 813,94 €	11 138,37 €	10 637,12 €	13 138,30 €	11 724,79 €	65 944,23 €
Jun N								6 061,11 €	24 989,34 €	16 715,89 €	5 751,93 €	13 656,16 €	67 174,44 €
Jul N									5 749,76 €	6 478,58 €	7 240,69 €	10 843,38 €	30 312,41 €
Ago N										1 452,77 €	3 030,78 €	5 319,82 €	9 803,37 €
Set N											15 848,88 €	6 687,03 €	22 535,91 €
Out N												3 658,83 €	3 658,83 €
Operações Abrangidas	-00 €	-00 €	4 727,57 €	11 867,25 €	17 774,12 €	17 701,37 €	29 654,01 €	40 064,47 €	59 847,15 €	52 658,35 €	47 593,02 €	60 754,30 €	342 641,61 €
IVA a Liquidar	22 166,88 €	41 018,87 €	8 472,44 €	20 233,96 €	27 601,10 €	26 591,72 €	46 690,74 €	53 345,22 €	69 299,97 €	61 897,19 €	55 532,88 €	68 442,28 €	501 293,24 €

Tabela. 13 - IVA a Pagar/ Recuperar no ano N, de acordo com o RCCI, incluindo apenas as Relações Especiais

RCCI s/ CF e c/ RE	Jan N	Fev N	Mar N	Abr N	Mai N	Jun N	Jul N	Ago N	Set N	Out N	Nov N	Dez N	Total
IVA a Liquidar	22 166,88 €	41 018,87 €	8 472,44 €	20 233,96 €	27 601,10 €	26 591,72 €	46 690,74 €	53 345,22 €	69 299,97 €	61 897,19 €	55 532,88 €	68 442,28 €	501 293,24 €
IVA Operações abrangidas RIC	-00 €	-00 €	4 727,57 €	11 867,25 €	17 774,12 €	17 701,37 €	29 654,01 €	40 064,47 €	59 847,15 €	52 658,35 €	47 593,02 €	60 754,30 €	342 641,61 €
IVA Vendas a Pronto	3 692,08 €	665,62 €	2 185,12 €	2 429,41 €	5 046,45 €	6 560,32 €	11 574,10 €	7 963,04 €	6 186,08 €	3 978,44 €	3 467,41 €	3 001,77 €	56 749,84 €
IVA Vendas N-1	18 474,80 €	40 353,25 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	58 828,05 €
IVA Vendas Consumidores Finais	-00 €	-00 €	1 559,75 €	5 937,30 €	4 780,52 €	2 330,03 €	5 462,63 €	5 317,72 €	3 266,75 €	5 260,40 €	4 472,45 €	4 686,21 €	43 073,75 €
IVA a Deduzir	76 919,10 €	56 707,13 €	26 967,58 €	52 775,89 €	67 318,75 €	87 980,54 €	56 448,64 €	83 879,53 €	81 365,93 €	73 865,34 €	66 481,95 €	86 483,99 €	817 194,38 €
IVA Operações abrangidas RIC	-00 €	-00 €	26 967,58 €	52 775,89 €	67 318,75 €	87 980,54 €	56 448,64 €	83 879,53 €	81 365,93 €	73 865,34 €	66 481,95 €	86 483,99 €	683 568,14 €
IVA Compras N-1	76 919,10 €	56 707,13 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	133 626,23 €
IVA Regularizações	-461,35 €	-1 069,54 €	-13,56 €	-2 433,04 €	-9,10 €	-3,39 €	-114,98 €	344,68 €	0,39 €	316,54 €	-525,41 €	251,69 €	-3 717,08 €
Devoluções (compras)	-00 €	2,71 €	-00 €	-00 €	3,13 €	-00 €	78,04 €	1 142,77 €	192,30 €	466,47 €	10,51 €	297,06 €	2 192,99 €
Devoluções (vendas)	461,35 €	1 072,25 €	13,56 €	2 433,04 €	12,23 €	3,39 €	193,02 €	798,09 €	191,91 €	149,93 €	535,92 €	45,37 €	5 910,07 €
IVA a Pagar/Recuperar	-55 213,57 €	-16 757,80 €	-18 508,70 €	-34 974,98 €	-39 726,75 €	-61 392,21 €	-9 872,88 €	-30 189,63 €	-12 065,57 €	-11 651,62 €	-11 474,48 €	-17 790,02 €	-319 618,21 €

Tabela. 14 - IVA a Liquidar no ano N+1, de acordo com o RCCI, incluindo Relações Especiais

RCCI s/ CF e c/ RE	Jan N+1	Fev N+1	Mar N+1	Abr N+1	Mai N+1	Jun N+1	Jul N+1	Ago N+1	Set N+1	Out N+1	Nov N+1	Dez N+1	Total
Mês	Nov N	Dez N	Jan N+1	Fev N+1	Mar N+1	Abr N+1	Mai N+1	Jun N+1	Jul N+1	Ago N+1	Set N+1	Out N+1	
Vendas a Pronto	3 098,51 €	1 969,14 €	2 856,66 €	4 471,29 €	4 065,21 €	9 979,99 €	7 720,84 €	6 327,89 €	8 917,22 €	7 515,85 €	3 759,36 €	7 453,99 €	68 135,95 €
Consumidores Finais	1 648,51 €	8 123,14 €	7 003,09 €	1 692,70 €	1 151,90 €	1 476,28 €	9 248,53 €	4 237,87 €	2 495,93 €	1 438,76 €	655,53 €	3 575,03 €	42 747,27 €
Operações Excluídas	4 747,02 €	10 092,28 €	9 859,76 €	6 163,99 €	5 217,11 €	11 456,27 €	16 969,36 €	10 565,76 €	11 413,15 €	8 954,61 €	4 414,89 €	11 029,03 €	110 883,22 €
12 meses			232,73 €	102,37 €	1 602,47 €	669,15 €	1 038,16 €	2 656,32 €	2 472,15 €	608,39 €	212,43 €	1 305,31 €	10 899,47 €
Jan N	92,06 €	-00 €											92,06 €
Fev N	15,33 €	90,93 €	-00 €										106,26 €
Mar N	946,02 €	-00 €	32,78 €	-00 €									978,81 €
Abr N	2 664,06 €	721,25 €	385,11 €	263,82 €	47,30 €								4 081,54 €
Mai N	2 335,52 €	660,55 €	830,03 €	117,46 €	170,55 €	14,47 €							4 128,58 €
Jun N	9 986,80 €	1 481,67 €	2 284,40 €	225,86 €	399,34 €	162,23 €	259,04 €						14 799,35 €
Jul N	5 587,44 €	857,00 €	1 271,14 €	133,25 €	191,22 €	80,46 €	194,03 €	671,76 €					8 986,29 €
Ago N	5 380,53 €	5 530,11 €	1 823,88 €	356,10 €	87,98 €	-00 €	-00 €	32,25 €	325,53 €				13 536,38 €
Set N	4 217,41 €	3 565,54 €	2 779,64 €	2 421,77 €	164,28 €	61,39 €	1 613,68 €	300,47 €	190,53 €	752,48 €			16 067,20 €
Out N	4 355,53 €	7 519,19 €	2 577,89 €	2 205,40 €	2 451,62 €	106,40 €	358,57 €	858,65 €	453,75 €	368,82 €	488,96 €		21 744,80 €
Nov N	14 647,58 €	3 064,04 €	4 881,69 €	7 847,23 €	1 634,93 €	1 004,65 €	1 538,90 €	1 179,31 €	502,48 €	385,79 €	62,19 €	-00 €	36 748,78 €
Dez N		5 181,53 €	14 684,64 €	3 997,40 €	10 116,85 €	1 205,30 €	1 011,35 €	64,36 €	208,38 €	14,37 €	-00 €	-00 €	36 484,19 €
Jan N+1			6 455,17 €	18 611,96 €	4 294,13 €	5 821,01 €	5 160,68 €	3 131,57 €	738,45 €	366,94 €	3 469,02 €	47,54 €	48 096,47 €
Fev N+1				10 355,04 €	9 769,83 €	4 157,96 €	3 897,53 €	12 878,33 €	1 965,41 €	1 925,82 €	423,33 €	105,76 €	45 479,02 €
Mar N+1					21 285,48 €	5 713,32 €	4 354,76 €	23 651,52 €	2 995,04 €	3 055,88 €	703,95 €	1 237,06 €	62 997,00 €
Abr N+1						2 657,48 €	5 658,67 €	21 261,49 €	14 498,09 €	4 293,02 €	3 311,20 €	3 897,30 €	55 577,25 €
Mai N+1							5 838,16 €	13 982,79 €	16 899,83 €	3 485,01 €	5 893,33 €	3 641,97 €	49 741,09 €
Jun N+1								10 729,63 €	17 681,84 €	37 307,70 €	5 119,58 €	9 158,25 €	79 997,01 €
Jul N+1									8 880,23 €	11 435,55 €	22 528,08 €	11 475,97 €	54 319,84 €
Ago N+1										3 913,14 €	19 160,64 €	7 833,44 €	30 907,21 €
Set N+1											4 421,42 €	23 159,51 €	27 580,93 €
Out N+1												6 087,11 €	6 087,11 €
Operações Abrangidas	50 228,29 €	28 671,81 €	38 239,12 €	46 637,67 €	52 216,00 €	21 653,81 €	30 923,53 €	91 398,44 €	67 811,71 €	67 912,91 €	65 794,12 €	67 949,22 €	629 436,63 €
IVA a Liquidar	54 975,31 €	38 764,09 €	48 098,88 €	52 801,66 €	57 433,10 €	33 110,08 €	47 892,89 €	101 964,20 €	79 224,86 €	76 867,52 €	70 209,01 €	78 978,24 €	740 319,84 €

Tabela. 15 - IVA a Pagar/ Recuperar no ano N+1, de acordo com o RCCI, incluindo apenas as Relações Especiais

RCCI s/ CF e c/ RE	Jan N+1	Fev N+1	Mar N+1	Abr N+1	Mai N+1	Jun N+1	Jul N+1	Ago N+1	Set N+1	Out N+1	Nov N+1	Dez N+1	Total
IVA a Liquidar	54 975,31 €	38 764,09 €	48 098,88 €	52 801,66 €	57 433,10 €	33 110,08 €	47 892,89 €	101 964,20 €	79 224,86 €	76 867,52 €	70 209,01 €	78 978,24 €	740 319,84 €
IVA Operações abrangidas RIC	50 228,29 €	28 671,81 €	38 006,39 €	46 535,30 €	50 613,53 €	20 984,67 €	29 885,36 €	88 742,12 €	65 339,57 €	67 304,52 €	65 581,69 €	66 643,91 €	618 537,15 €
IVA Vendas a Pronto	3 098,51 €	1 969,14 €	2 856,66 €	4 471,29 €	4 065,21 €	9 979,99 €	7 720,84 €	6 327,89 €	8 917,22 €	7 515,85 €	3 759,36 €	7 453,99 €	68 135,95 €
IVA 12 meses	-00 €	-00 €	232,73 €	102,37 €	1 602,47 €	669,15 €	1 038,16 €	2 656,32 €	2 472,15 €	608,39 €	212,43 €	1 305,31 €	10 899,47 €
IVA Vendas Consumidores Finais	1 648,51 €	8 123,14 €	7 003,09 €	1 692,70 €	1 151,90 €	1 476,28 €	9 248,53 €	4 237,87 €	2 495,93 €	1 438,76 €	655,53 €	3 575,03 €	42 747,27 €
IVA a Deduzir	55 089,16 €	110 611,15 €	80 915,88 €	88 386,67 €	68 364,47 €	83 838,91 €	96 842,39 €	97 023,73 €	129 892,19 €	71 417,72 €	120 614,06 €	94 797,88 €	1 097 794,20 €
IVA Operações abrangidas RIC	55 089,16 €	110 611,15 €	80 915,88 €	88 386,67 €	68 364,47 €	83 838,91 €	96 842,39 €	97 023,73 €	129 892,19 €	71 417,72 €	120 614,06 €	94 797,88 €	1 097 794,20 €
IVA 12 meses	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €
IVA Regularizações	1 400,97 €	-439,85 €	-279,71 €	-444,58 €	-300,47 €	-466,35 €	953,55 €	-58 419,52 €	-22 647,70 €	-310,29 €	-1 374,13 €	-92,74 €	-82 420,81 €
Devoluções (compras)	2 245,31 €	139,05 €	59,34 €	-00 €	-00 €	63,66 €	1 106,37 €	-00 €	1 397,75 €	9,26 €	697,59 €	193,53 €	5 911,86 €
Devoluções (vendas)	844,34 €	578,90 €	339,05 €	444,58 €	300,47 €	530,01 €	152,81 €	58 419,52 €	24 045,45 €	319,55 €	2 071,72 €	286,27 €	88 332,67 €
IVA a Pagar/Recuperar	1 287,12 €	-72 286,91 €	-33 096,71 €	-36 029,59 €	-11 231,83 €	-51 195,18 €	-47 995,94 €	-53 479,05 €	-73 315,03 €	5 139,51 €	-51 779,18 €	-15 912,38 €	-439 895,17 €

Tabela. 16 - IVA a Liquidar no ano N, de acordo com o RCCI, incluindo Consumidores Finais

RCCI c/ CF e s/ RE	Jan N	Fev N	Mar N	Abr N	Mai N	Jun N	Jul N	Ago N	Set N	Out N	Nov N	Dez N	Total
Mês	Nov N-1	Dez N-1	Jan N	Fev N	Mar N	Abr N	Mai N	Jun N	Jul N	Ago N	Set N	Out N	
Vendas N-1	18 474,80 €	40 353,25 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	58 828,05 €
Vendas a Pronto N-1	3 692,08 €	665,62 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	4 357,70 €
Relações Especiais	-00 €	-00 €	2 788,22 €	5 192,52 €	3 959,06 €	3 968,23 €	5 463,59 €	3 311,64 €	4 742,98 €	4 711,91 €	566,72 €	983,74 €	35 688,62 €
Operações Excluídas	22 166,88 €	41 018,87 €	2 788,22 €	5 192,52 €	3 959,06 €	3 968,23 €	5 463,59 €	3 311,64 €	4 742,98 €	4 711,91 €	566,72 €	983,74 €	98 874,36 €
Jan N			6 807,22 €	8 132,35 €	1 805,56 €	2 186,31 €	936,31 €	675,25 €	435,56 €	136,33 €	10,88 €	227,69 €	21 353,45 €
Fev N				11 094,80 €	7 895,92 €	5 685,18 €	2 483,96 €	1 873,30 €	197,52 €	367,87 €	12,14 €	2 083,62 €	31 694,31 €
Mar N					16 975,09 €	8 133,98 €	11 961,09 €	5 303,52 €	5 897,93 €	698,48 €	977,23 €	2 703,70 €	52 651,02 €
Abr N						8 782,75 €	7 622,27 €	14 421,08 €	7 832,89 €	7 428,62 €	1 688,52 €	4 045,56 €	51 821,70 €
Mai N							18 944,94 €	13 466,44 €	11 347,64 €	11 373,00 €	14 221,15 €	7 548,90 €	76 902,08 €
Jun N								14 903,39 €	25 273,88 €	17 216,00 €	6 830,22 €	11 126,24 €	75 349,73 €
Jul N									12 881,34 €	6 853,52 €	5 858,08 €	8 345,57 €	33 938,51 €
Ago N										9 383,65 €	3 169,03 €	5 369,01 €	17 921,69 €
Set N											19 327,73 €	6 672,74 €	26 000,48 €
Out N												7 193,48 €	7 193,48 €
Operações Abrangidas	-00 €	-00 €	6 807,22 €	19 227,15 €	26 676,57 €	24 788,22 €	41 948,58 €	50 642,98 €	63 866,76 €	53 457,48 €	52 094,98 €	55 316,51 €	394 826,45 €
IVA a Liquidar	22 166,88 €	41 018,87 €	9 595,44 €	24 419,67 €	30 635,63 €	28 756,45 €	47 412,16 €	53 954,62 €	68 609,74 €	58 169,39 €	52 661,70 €	56 300,25 €	493 700,81 €

Tabela. 17 - IVA a Pagar/ Recuperar no ano N, de acordo com o RCCI, incluindo apenas os Consumidores Finais

RCCI c/ CF e s/ RE	Jan N	Fev N	Mar N	Abr N	Mai N	Jun N	Jul N	Ago N	Set N	Out N	Nov N	Dez N	Total
IVA a Liquidar	22 166,88 €	41 018,87 €	9 595,44 €	24 419,67 €	30 635,63 €	28 756,45 €	47 412,16 €	53 954,62 €	68 609,74 €	58 169,39 €	52 661,70 €	56 300,25 €	493 700,81 €
IVA Operações abrangidas RIC	-00 €	-00 €	6 807,22 €	19 227,15 €	26 676,57 €	24 788,22 €	41 948,58 €	50 642,98 €	63 866,76 €	53 457,48 €	52 094,98 €	55 316,51 €	394 826,45 €
IVA Vendas a Pronto	3 692,08 €	665,62 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	4 357,70 €
IVA Vendas N-1	18 474,80 €	40 353,25 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	58 828,05 €
IVA Vendas Relações Especiais	-00 €	-00 €	2 788,22 €	5 192,52 €	3 959,06 €	3 968,23 €	5 463,59 €	3 311,64 €	4 742,98 €	4 711,91 €	566,72 €	983,74 €	35 688,62 €
IVA a Deduzir	76 919,10 €	56 707,13 €	35 369,01 €	44 374,46 €	92 330,89 €	95 581,36 €	77 656,57 €	121 351,21 €	102 091,50 €	70 374,24 €	64 136,13 €	77 601,45 €	914 493,06 €
IVA Operações abrangidas RIC	-00 €	-00 €	21 966,19 €	39 325,58 €	65 095,39 €	78 587,15 €	36 816,24 €	62 898,33 €	71 184,36 €	63 672,94 €	61 172,21 €	67 277,93 €	567 996,32 €
IVA Compras N-1	76 919,10 €	56 707,13 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	133 626,23 €
IVA Compras Relações Especiais	-00 €	-00 €	13 402,81 €	5 048,89 €	27 235,50 €	16 994,21 €	40 840,33 €	58 452,88 €	30 907,14 €	6 701,30 €	2 963,92 €	10 323,52 €	212 870,50 €
IVA Regularizações	-461,35 €	-1 069,54 €	-13,56 €	-2 433,04 €	-9,10 €	-3,39 €	-114,98 €	344,68 €	0,39 €	316,54 €	-525,41 €	251,69 €	-3 717,08 €
Devoluções (compras)	-00 €	2,71 €	-00 €	-00 €	3,13 €	-00 €	78,04 €	1 142,77 €	192,30 €	466,47 €	10,51 €	297,06 €	2 192,99 €
Devoluções (vendas)	461,35 €	1 072,25 €	13,56 €	2 433,04 €	12,23 €	3,39 €	193,02 €	798,09 €	191,91 €	149,93 €	535,92 €	45,37 €	5 910,07 €
IVA a Pagar/Recuperar	-55 213,57 €	-16 757,80 €	-25 787,13 €	-22 387,83 €	-61 704,36 €	-66 828,30 €	-30 359,38 €	-67 051,91 €	-33 481,37 €	-11 888,31 €	-11 999,84 €	-21 049,51 €	-424 509,32 €

Tabela. 18 - IVA a Liquidar no ano N+1, de acordo com o RCCI, incluindo Consumidores Finais

RCCI c/ CF e s/ RE	Jan N+1	Fev N+1	Mar N+1	Abr N+1	Mai N+1	Jun N+1	Jul N+1	Ago N+1	Set N+1	Out N+1	Nov N+1	Dez N+1	Total
Mês	Nov N	Dez N	Jan N+1	Fev N+1	Mar N+1	Abr N+1	Mai N+1	Jun N+1	Jul N+1	Ago N+1	Set N+1	Out N+1	
Relações Especiais	4 508,69 €	1 768,03 €	5 393,22 €	12 287,72 €	15 002,30 €	25 071,87 €	14 494,47 €	360,66 €	4 550,05 €	4 693,01 €	1 236,70 €	796,46 €	90 163,18 €
Operações Excluídas	4 508,69 €	1 768,03 €	5 393,22 €	12 287,72 €	15 002,30 €	25 071,87 €	14 494,47 €	360,66 €	4 550,05 €	4 693,01 €	1 236,70 €	796,46 €	90 163,18 €
12 meses			492,69 €	228,25 €	3 329,59 €	1 338,29 €	2 872,68 €	5 562,62 €	5 385,71 €	1 369,85 €	424,85 €	3 083,30 €	24 087,84 €
Jan N	92,06 €	-00 €											92,06 €
Fev N	219,80 €	90,93 €	39,86 €										350,59 €
Mar N	946,02 €	63,11 €	65,57 €	9,53 €									1 084,23 €
Abr N	2 856,32 €	721,25 €	814,48 €	564,54 €	94,61 €								5 051,19 €
Mai N	2 451,97 €	660,55 €	1 710,54 €	385,76 €	341,10 €	28,94 €							5 578,85 €
Jun N	10 113,28 €	1 735,26 €	6 014,08 €	1 558,13 €	798,68 €	324,45 €	543,95 €						21 087,82 €
Jul N	5 642,47 €	1 046,36 €	2 744,32 €	1 042,32 €	382,78 €	215,57 €	487,76 €	1 375,83 €					12 937,41 €
Ago N	4 963,08 €	1 756,60 €	3 785,34 €	712,19 €	175,96 €	216,98 €	247,91 €	65,27 €	1 083,58 €				13 006,91 €
Set N	4 787,12 €	3 372,37 €	5 614,02 €	5 039,26 €	548,06 €	122,77 €	3 227,37 €	696,39 €	6 784,26 €	1 504,96 €			31 696,57 €
Out N	4 523,15 €	8 925,35 €	5 060,56 €	4 425,62 €	6 704,94 €	234,99 €	717,14 €	2 666,91 €	907,50 €	737,65 €	977,93 €		35 881,74 €
Nov N	18 318,81 €	3 266,25 €	10 015,44 €	8 391,06 €	3 269,86 €	2 009,30 €	1 798,24 €	2 776,99 €	1 004,96 €	771,58 €	124,38 €	-00 €	51 746,84 €
Dez N		12 563,17 €	29 870,41 €	7 356,38 €	20 554,05 €	2 410,61 €	2 151,53 €	1 088,01 €	502,08 €	28,74 €	-00 €	-00 €	76 525,00 €
Jan N+1			15 602,69 €	45 666,07 €	8 710,07 €	11 642,02 €	5 233,39 €	4 541,57 €	1 682,76 €	733,88 €	6 938,03 €	95,08 €	100 845,55 €
Fev N+1				24 899,93 €	20 459,22 €	8 576,59 €	7 091,01 €	3 470,01 €	3 946,66 €	3 954,70 €	846,67 €	280,32 €	73 525,11 €
Mar N+1					46 578,19 €	11 928,21 €	9 939,75 €	17 298,44 €	5 998,25 €	6 139,79 €	1 407,89 €	2 506,89 €	101 797,42 €
Abr N+1						14 994,88 €	12 246,43 €	11 350,19 €	12 095,58 €	8 661,72 €	4 907,51 €	7 855,91 €	72 112,22 €
Mai N+1							19 892,89 €	30 725,26 €	25 148,15 €	9 822,20 €	14 616,53 €	7 397,65 €	107 602,69 €
Jun N+1								27 894,14 €	36 635,27 €	75 312,53 €	11 773,53 €	20 555,42 €	172 170,89 €
Jul N+1									17 942,87 €	23 901,45 €	46 083,35 €	23 050,48 €	110 978,15 €
Ago N+1										15 226,65 €	38 540,82 €	15 961,80 €	69 729,27 €
Set N+1											10 584,45 €	46 350,81 €	56 935,26 €
Out N+1												15 647,31 €	15 647,31 €
Operações Abrangidas	54 914,07 €	34 201,20 €	81 830,00 €	100 279,03 €	111 947,10 €	54 043,60 €	66 450,06 €	109 511,65 €	119 117,63 €	148 165,69 €	137 225,94 €	142 784,98 €	1 160 470,93 €
IVA a Liquidar	59 422,76 €	35 969,22 €	87 223,22 €	112 566,75 €	126 949,40 €	79 115,47 €	80 944,52 €	109 872,30 €	123 667,68 €	152 858,71 €	138 462,64 €	143 581,43 €	1 250 634,11 €

Tabela. 19 - IVA a Pagar/ Recuperar no ano N+1, de acordo com o RCCI, incluindo apenas os Consumidores Finais

RCCI c/ CF e s/ RE	Jan N+1	Fev N+1	Mar N+1	Abr N+1	Mai N+1	Jun N+1	Jul N+1	Ago N+1	Set N+1	Out N+1	Nov N+1	Dez N+1	Total
IVA a Liquidar	59 422,76 €	35 969,22 €	87 715,92 €	112 795,00 €	130 278,99 €	80 453,76 €	83 817,20 €	115 434,93 €	129 053,39 €	154 228,56 €	138 887,49 €	146 664,73 €	1 274 721,95 €
IVA Operações abrangidas RIC	54 914,07 €	34 201,20 €	81 830,00 €	100 279,03 €	111 947,10 €	54 043,60 €	66 450,06 €	109 511,65 €	119 117,63 €	148 165,69 €	137 225,94 €	142 784,98 €	1 160 470,93 €
IVA 12 meses	-00 €	-00 €	492,69 €	228,25 €	3 329,59 €	1 338,29 €	2 872,68 €	5 562,62 €	5 385,71 €	1 369,85 €	424,85 €	3 083,30 €	24 087,84 €
IVA Vendas Relações Especiais	4 508,69 €	1 768,03 €	5 393,22 €	12 287,72 €	15 002,30 €	25 071,87 €	14 494,47 €	360,66 €	4 550,05 €	4 693,01 €	1 236,70 €	796,46 €	90 163,18 €
IVA a Deduzir	37 616,13 €	88 436,59 €	68 089,37 €	56 771,12 €	85 400,48 €	92 167,53 €	246 990,85 €	127 236,83 €	108 792,16 €	69 569,38 €	115 529,49 €	88 656,65 €	1 185 256,59 €
IVA Operações abrangidas RIC	34 307,24 €	75 537,38 €	62 711,12 €	48 249,14 €	58 734,32 €	62 030,56 €	91 326,01 €	86 960,51 €	108 792,16 €	66 259,36 €	99 580,23 €	84 005,00 €	878 493,03 €
IVA 12 meses	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €
IVA Compras Relações Especiais	3 308,89 €	12 899,22 €	5 378,25 €	8 521,99 €	26 666,15 €	30 136,97 €	155 664,84 €	40 276,32 €	-00 €	3 310,02 €	15 949,25 €	4 651,65 €	306 763,55 €
IVA Regularizações	1 400,97 €	-439,85 €	-279,71 €	-444,58 €	-300,47 €	-466,35 €	953,55 €	-58 419,52 €	-22 647,70 €	-310,29 €	-1 374,13 €	-92,74 €	-82 420,81 €
Devoluções (compras)	2 245,31 €	139,05 €	59,34 €	-00 €	-00 €	63,66 €	1 106,37 €	-00 €	1 397,75 €	9,26 €	697,59 €	193,53 €	5 911,86 €
Devoluções (vendas)	844,34 €	578,90 €	339,05 €	444,58 €	300,47 €	530,01 €	152,81 €	58 419,52 €	24 045,45 €	319,55 €	2 071,72 €	286,27 €	88 332,67 €
IVA a Pagar/Recuperar	23 207,60 €	-52 907,21 €	19 346,84 €	55 579,30 €	44 578,04 €	-12 180,12 €	-162 220,10 €	-70 221,42 €	-2 386,48 €	84 348,90 €	21 983,87 €	57 915,34 €	7 044,55 €

Tabela. 20 - Impacto na Tesouraria no ano N de acordo com o Regime Geral

Regime Geral	Jan N	Fev N	Mar N	Abr N	Mai N	Jun N	Jul N	Ago N	Set N	Out N	Nov N	Dez N	Total
IVA recebido dos clientes	39 777,65 €	21 970,13 €	28 620,57 €	26 323,08 €	39 877,20 €	52 239,65 €	56 867,24 €	47 382,32 €	40 738,10 €	55 118,95 €	50 058,08 €	32 393,34 €	491 366,30 €
IVA pago aos fornecedores	-129 851,70 €	-54 745,47 €	-69 469,95 €	-107 349,85 €	-33 171,33 €	-74 055,77 €	-143 060,52 €	-47 624,91 €	-76 296,41 €	-144 098,09 €	-45 306,58 €	-89 618,34 €	-1 014 648,92 €
IVA a pagar	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €
IVA reembolsado	46 647,50 €	78 985,79 €	55 213,57 €	16 757,80 €	53 584,06 €	55 307,54 €	75 981,15 €	11 650,53 €	45 625,35 €	28 423,36 €	30 511,76 €	20 678,42 €	519 366,82 €
Impacto na Tesouraria	-43 426,55 €	46 210,46 €	14 364,19 €	-64 268,96 €	60 289,93 €	33 491,42 €	-10 212,14 €	11 407,94 €	10 067,03 €	-60 555,79 €	35 263,26 €	-36 546,58 €	-3 915,80 €

Tabela. 21 - Impacto na Tesouraria no ano N+1 de acordo com o Regime Geral

Regime Geral	Jan N+1	Fev N+1	Mar N+1	Abr N+1	Mai N+1	Jun N+1	Jul N+1	Ago N+1	Set N+1	Out N+1	Nov N+1	Dez N+1	Total
IVA recebido dos clientes	39 459,27 €	20 342,21 €	16 341,76 €	5 314,62 €	5 684,57 €	11 129,37 €	13 917,43 €	9 249,66 €	7 201,29 €	4 059,31 €	4 707,59 €	7 568,62 €	144 975,70 €
IVA pago aos fornecedores	-69 682,77 €	-17 097,68 €	-9 722,72 €	-18 137,20 €	-16 555,85 €	-7 740,33 €	-21 604,93 €	-7 045,93 €	-13 459,85 €	-8 899,31 €	-16 871,68 €	-2 143,09 €	-208 961,33 €
IVA a pagar	-00 €	-9 851,98 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-8 330,72 €	-00 €	-00 €	-18 182,70 €
IVA reembolsado	33 286,29 €	15 507,04 €	4 829,23 €	-00 €	19 870,23 €	58 312,70 €	110 536,87 €	40 953,78 €	142 918,60 €	141 056,35 €	57 312,43 €	-00 €	624 583,52 €
Impacto na Tesouraria	3 062,80 €	8 899,60 €	11 448,26 €	-12 822,58 €	8 998,95 €	61 701,74 €	102 849,38 €	43 157,52 €	136 660,03 €	127 885,63 €	45 148,34 €	5 425,53 €	542 415,20 €

Tabela. 22 - Impacto na Tesouraria no ano N de acordo com o RCCI

RCCI	Jan N	Fev N	Mar N	Abr N	Mai N	Jun N	Jul N	Ago N	Set N	Out N	Nov N	Dez N	Total
IVA recebido dos clientes	39 777,65 €	21 970,13 €	28 620,57 €	26 323,08 €	39 877,20 €	52 239,65 €	56 867,24 €	47 382,32 €	40 738,10 €	55 118,95 €	50 058,08 €	32 393,34 €	491 366,30 €
IVA pago aos fornecedores	-129 851,70 €	-54 745,47 €	-69 469,95 €	-107 349,85 €	-33 171,33 €	-74 055,77 €	-143 060,52 €	-47 624,91 €	-76 296,41 €	-144 098,09 €	-45 306,58 €	-89 618,34 €	-1 014 648,92 €
IVA a pagar	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €
IVA reembolsado	46 647,50 €	78 985,79 €	55 213,57 €	16 757,80 €	24 462,35 €	21 525,12 €	61 080,99 €	65 024,80 €	26 937,09 €	64 709,43 €	33 307,54 €	13 356,30 €	508 008,28 €
Impacto na Tesouraria	-43 426,55 €	46 210,46 €	14 364,19 €	-64 268,96 €	31 168,22 €	-291,00 €	-25 112,30 €	64 782,21 €	-8 621,23 €	-24 269,71 €	38 059,04 €	-43 868,70 €	-15 274,34 €

Tabela. 23 - Impacto na Tesouraria no ano N+1 de acordo com o RCCI

RCCI	Jan N+1	Fev N+1	Mar N+1	Abr N+1	Mai N+1	Jun N+1	Jul N+1	Ago N+1	Set N+1	Out N+1	Nov N+1	Dez N+1	Total
IVA recebido dos clientes	39 459,27 €	20 342,21 €	16 341,76 €	5 314,62 €	5 684,57 €	11 129,37 €	13 917,43 €	9 249,66 €	7 201,29 €	4 059,31 €	4 707,59 €	7 568,62 €	144 975,70 €
IVA pago aos fornecedores	-69 682,77 €	-17 097,68 €	-9 722,72 €	-18 137,20 €	-16 555,85 €	-7 740,33 €	-21 604,93 €	-7 045,93 €	-13 459,85 €	-8 899,31 €	-16 871,68 €	-2 143,09 €	-208 961,33 €
IVA a pagar	-22 500,93 €	-00 €	-00 €	-7 873,68 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-11 680,87 €	-00 €	-00 €	-42 055,48 €
IVA reembolsado	10 116,85 €	19 085,33 €	-00 €	52 823,40 €	14 876,98 €	-00 €	13 265,54 €	34 451,92 €	183 649,94 €	83 331,49 €	47 664,96 €	-00 €	459 266,42 €
Impacto na Tesouraria	-42 607,58 €	22 329,87 €	6 619,04 €	32 127,14 €	4 005,71 €	3 389,04 €	5 578,05 €	36 655,66 €	177 391,38 €	66 810,63 €	35 500,87 €	5 425,53 €	353 225,32 €

Tabela. 24 - Impacto na Tesouraria no ano N de acordo com o RCCI, incluindo Condumidores Finais e Relações Especiais

RCCI c/ CF e c/ RE	Jan N	Fev N	Mar N	Abr N	Mai N	Jun N	Jul N	Ago N	Set N	Out N	Nov N	Dez N	Total
IVA recebido dos clientes	39 777,65 €	21 970,13 €	28 620,57 €	26 323,08 €	39 877,20 €	52 239,65 €	56 867,24 €	47 382,32 €	40 738,10 €	55 118,95 €	50 058,08 €	32 393,34 €	491 366,30 €
IVA pago aos fornecedores	-129 851,70 €	-54 745,47 €	-69 469,95 €	-107 349,85 €	-33 171,33 €	-74 055,77 €	-143 060,52 €	-47 624,91 €	-76 296,41 €	-144 098,09 €	-45 306,58 €	-89 618,34 €	-1 014 648,92 €
IVA a pagar	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €
IVA reembolsado	46 647,50 €	78 985,79 €	55 213,57 €	16 757,80 €	19 833,48 €	35 837,68 €	40 350,13 €	63 195,71 €	13 295,17 €	32 532,11 €	12 239,40 €	10 183,63 €	425 071,98 €
Impacto na Tesouraria	-43 426,55 €	46 210,46 €	14 364,19 €	-64 268,96 €	26 539,36 €	14 021,56 €	-45 843,16 €	62 953,12 €	-22 263,14 €	-56 447,04 €	16 990,89 €	-47 041,37 €	-98 210,65 €

Tabela. 25 - Impacto na Tesouraria no ano N+1 de acordo com o RCCI, incluindo Condumidores Finais e Relações Especiais

RCCI c/ CF e c/ RE	Jan N+1	Fev N+1	Mar N+1	Abr N+1	Mai N+1	Jun N+1	Jul N+1	Ago N+1	Set N+1	Out N+1	Nov N+1	Dez N+1	Total
IVA recebido dos clientes	39 459,27 €	20 342,21 €	16 341,76 €	5 314,62 €	5 684,57 €	11 129,37 €	13 917,43 €	9 249,66 €	7 201,29 €	4 059,31 €	4 707,59 €	7 568,62 €	144 975,70 €
IVA pago aos fornecedores	-69 682,77 €	-17 097,68 €	-9 722,72 €	-18 137,20 €	-16 555,85 €	-7 740,33 €	-21 604,93 €	-7 045,93 €	-13 459,85 €	-8 899,31 €	-16 871,68 €	-2 143,09 €	-208 961,33 €
IVA a pagar	-1 993,79 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-6 272,54 €	-00 €	-00 €	-8 266,33 €
IVA reembolsado	13 357,47 €	19 754,20 €	-00 €	72 370,72 €	38 457,22 €	29 527,43 €	10 508,55 €	52 028,46 €	53 985,24 €	54 464,03 €	69 950,50 €	-00 €	414 403,82 €
Impacto na Tesouraria	-18 859,81 €	22 998,73 €	6 619,04 €	59 548,13 €	27 585,94 €	32 916,47 €	2 821,06 €	54 232,19 €	47 726,67 €	43 351,51 €	57 786,41 €	5 425,53 €	342 151,87 €

Tabela. 26 - Impacto na Tesouraria no ano N de acordo com o RCCI, incluindo apenas Relações Especiais

RCCI s/ CF e c/ RE	Jan N	Fev N	Mar N	Abr N	Mai N	Jun N	Jul N	Ago N	Set N	Out N	Nov N	Dez N	Total
IVA recebido dos clientes	39 777,65 €	21 970,13 €	28 620,57 €	26 323,08 €	39 877,20 €	52 239,65 €	56 867,24 €	47 382,32 €	40 738,10 €	55 118,95 €	50 058,08 €	32 393,34 €	491 366,30 €
IVA pago aos fornecedores	-129 851,70 €	-54 745,47 €	-69 469,95 €	-107 349,85 €	-33 171,33 €	-74 055,77 €	-143 060,52 €	-47 624,91 €	-76 296,41 €	-144 098,09 €	-45 306,58 €	-89 618,34 €	-1 014 648,92 €
IVA a pagar	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €
IVA reembolsado	46 647,50 €	78 985,79 €	55 213,57 €	16 757,80 €	18 508,70 €	34 974,98 €	39 726,75 €	61 392,21 €	9 872,88 €	30 189,63 €	12 065,57 €	11 651,62 €	415 987,00 €
Impacto na Tesouraria	-43 426,55 €	46 210,46 €	14 364,19 €	-64 268,96 €	25 214,57 €	13 158,85 €	-46 466,53 €	61 149,62 €	-25 685,43 €	-58 789,52 €	16 817,07 €	-45 573,38 €	-107 295,62 €

Tabela. 27 - Impacto na Tesouraria no ano N+1 de acordo com o RCCI, incluindo apenas Relações Especiais

RCCI s/ CF e c/ RE	Jan N+1	Fev N+1	Mar N+1	Abr N+1	Mai N+1	Jun N+1	Jul N+1	Ago N+1	Set N+1	Out N+1	Nov N+1	Dez N+1	Total
IVA recebido dos clientes	39 459,27 €	20 342,21 €	16 341,76 €	5 314,62 €	5 684,57 €	11 129,37 €	13 917,43 €	9 249,66 €	7 201,29 €	4 059,31 €	4 707,59 €	7 568,62 €	144 975,70 €
IVA pago aos fornecedores	-69 682,77 €	-17 097,68 €	-9 722,72 €	-18 137,20 €	-16 555,85 €	-7 740,33 €	-21 604,93 €	-7 045,93 €	-13 459,85 €	-8 899,31 €	-16 871,68 €	-2 143,09 €	-208 961,33 €
IVA a pagar	-1 287,12 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-5 139,51 €	-00 €	-00 €	-6 426,63 €
IVA reembolsado	11 474,48 €	17 790,02 €	-00 €	72 286,91 €	33 096,71 €	36 029,59 €	11 231,83 €	51 195,18 €	47 995,94 €	53 479,05 €	73 315,03 €	-00 €	407 894,74 €
Impacto na Tesouraria	-20 036,14 €	21 034,55 €	6 619,04 €	59 464,32 €	22 225,44 €	39 418,63 €	3 544,34 €	53 398,91 €	41 737,38 €	43 499,55 €	61 150,93 €	5 425,53 €	337 482,48 €

Tabela. 28 - Impacto na Tesouraria no ano N de acordo com o RCCI, incluindo apenas Consumidores Finais

RCCI c/ CF e s/ RE	Jan N	Fev N	Mar N	Abr N	Mai N	Jun N	Jul N	Ago N	Set N	Out N	Nov N	Dez N	Total
IVA recebido dos clientes	39 777,65 €	21 970,13 €	28 620,57 €	26 323,08 €	39 877,20 €	52 239,65 €	56 867,24 €	47 382,32 €	40 738,10 €	55 118,95 €	50 058,08 €	32 393,34 €	491 366,30 €
IVA pago aos fornecedores	-129 851,70 €	-54 745,47 €	-69 469,95 €	-107 349,85 €	-33 171,33 €	-74 055,77 €	-143 060,52 €	-47 624,91 €	-76 296,41 €	-144 098,09 €	-45 306,58 €	-89 618,34 €	-1 014 648,92 €
IVA a pagar	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €
IVA reembolsado	46 647,50 €	78 985,79 €	55 213,57 €	16 757,80 €	25 787,13 €	22 387,83 €	61 704,36 €	66 828,30 €	30 359,38 €	67 051,91 €	33 481,37 €	11 888,31 €	517 093,26 €
Impacto na Tesouraria	-43 426,55 €	46 210,46 €	14 364,19 €	-64 268,96 €	32 493,00 €	571,71 €	-24 488,92 €	66 585,71 €	-5 198,94 €	-21 927,24 €	38 232,86 €	-45 336,69 €	-6 189,37 €

Tabela. 29 - Impacto na Tesouraria no ano N+1 de acordo com o RCCI, incluindo apenas Consumidores Finais

RCCI c/ CF e s/ RE	Jan N+1	Fev N+1	Mar N+1	Abr N+1	Mai N+1	Jun N+1	Jul N+1	Ago N+1	Set N+1	Out N+1	Nov N+1	Dez N+1	Total
IVA recebido dos clientes	39 459,27 €	20 342,21 €	16 341,76 €	5 314,62 €	5 684,57 €	11 129,37 €	13 917,43 €	9 249,66 €	7 201,29 €	4 059,31 €	4 707,59 €	7 568,62 €	144 975,70 €
IVA pago aos fornecedores	-69 682,77 €	-17 097,68 €	-9 722,72 €	-18 137,20 €	-16 555,85 €	-7 740,33 €	-21 604,93 €	-7 045,93 €	-13 459,85 €	-8 899,31 €	-16 871,68 €	-2 143,09 €	-208 961,33 €
IVA a pagar	-23 207,60 €	-00 €	-19 346,84 €	-55 579,30 €	-44 578,04 €	-00 €	-00 €	-00 €	-00 €	-84 348,90 €	-21 983,87 €	-57 915,34 €	-306 959,88 €
IVA reembolsado	11 999,84 €	21 049,51 €	-00 €	52 907,21 €	-00 €	-00 €	-00 €	12 180,12 €	162 220,10 €	70 221,42 €	2 386,48 €	-00 €	332 964,68 €
Impacto na Tesouraria	-41 431,25 €	24 294,05 €	-12 727,80 €	-15 494,67 €	-55 449,31 €	3 389,04 €	-7 687,49 €	14 383,85 €	155 961,53 €	-18 967,46 €	-31 761,49 €	-52 489,81 €	-37 980,82 €

